



# Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa  
da 12ª Legislatura

ANO XLV

RIO BRANCO - AC, 19 DE JUNHO DE 2007

N.º 3614

## MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES  
Presidente

JUAREZ LEITÃO  
1º Secretário

ELSON SANTIAGO  
2º Secretário

HELDER PAIVA  
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES  
2ª Vice- Presidenta

WALTER PRADO  
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA  
4º Secretário

## GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

PP - Maria Antonia

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PDT - Luiz Calixto

PTN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

Líder do Governo - Moisés Diniz

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo Lima, Ney Amorim.

PPS - Idalina Onofre, Tarcísio Medeiros.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Élon Santiago.

PDT - Luiz Calixto.

PP - Maria Antonia.

PTN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

## ATOS DA MESA DIRETORA

**RESOLUÇÃO N. 161/2007**  
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no  
uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o servidor **Francisco Auricélio Rêgo da Silva**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Acre para, na condição de preposto, representar a Assembléia Legislativa do Estado do Acre junto à 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco, no Processo n. 206.2007.404.14.00-6-ação movida pelo Estado do Acre em desfavor da servidora deste Poder, **Laura Santos da Silva**.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**  
Presidente

Deputado **ELSON SANTIAGO**  
1º Secretário, em exercício

Deputado **WALTER PRADO**  
2º Secretário, em exercício

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 162/2007**  
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso  
de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o Deputado **José Luis**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 11 e 12 de junho de 2007, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo junto à União Nacional do Legislativos Estaduais – UNALE.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 8 de junho de 2007.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**  
Presidente

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

Deputado **ELSON SANTIAGO**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 163/2007**  
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso  
de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o Senhor **José Claudionor Gomes Cordeiro**, Coordenador Especial de Processos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças deste Poder para, na cidade de São Luis – MA, nos dias 12 a 17 de junho de 2007, participar do Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a quatro diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 12 de junho de 2007.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**  
Presidente

Deputado **JUAREZ LEITÃO**  
1º Secretário

Deputado **ELSON SANTIAGO**  
2º Secretário

## ATOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

**PORTARIA N. 222/2007**  
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO ACRE, no uso de suas  
atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Cristiana Guimarães Simão**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-03**, do gabinete do Deputado **Francisco Cartaxo**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cujos efeitos financeiros cessarão a partir de 15 de maio de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 10 de maio de 2007.

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 239/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO ACRE, no uso de suas  
atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, dos cargos em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Francisco Cartaxo**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 30 de maio de 2007:

Maria Dineide Fernandes da Nóbrega	SP-EG-12;
Priscila Silva de Souza	SP-EG-18;
Antonio Gean Lopes de Souza	SP-EG-18;
Jeane da Silva B. de Carvalho	SP-EG-18;
Maria Margarida F. Rodrigues	SP-EG-18;
Mauro Sérgio de Souza Feitosa	SP-EG-18;
Edson Ferro Gomes	SP-EG-15;
Patrícia Pazetto Mancini	SP-EG-06; e
Rosimeire de Fátima R. Arantes	SP-EG-01.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de maio de 2007.

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 240/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO ACRE, no uso de suas  
atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, dos cargos em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Donald Fernandes**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007:

Elizabete de Oliveira Silva	SP-EG-13; e
Jefferson Rodrigues Amoedo	SP-EG-13.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de junho de 2007.

**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

**PORTARIA N. 241/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de Secretários Parlamentares, que atuam junto ao gabinete da Deputada **Maria Antonia**, integrante do Partido Progressista – PP, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de junho de 2007:

- Adauto Ferreira Albuquerque de SP-EG-01 para SP-EG-14; e
  - Darlene Santiago Franco de SP-EG-16 para SP-E-12.
- Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 242/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete da Deputada **Maria Antonia**, integrante do Partido Progressista – PP, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007:

- Oswaldo de Souza Araujo SP-EG-17;
- Francisco Santos da Silva SP-EG-17; e
- Jocilene Candido dos Santos SP-SG-19.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 243/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor **Rodrigo Farias da Costa**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-06**, junto ao gabinete do Deputado **Donald Fernandes**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 244/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003,

o senhor **Sebastião Leitão dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-01**, junto ao gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro-PSB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 6 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 245/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

**RESOLVE:**

CONCEDER trinta dias de Férias regulamentares ao servidor **Aluizio Rocha da Silva**, referente ao período aquisitivo de 1º de junho de 2006 a 1º de junho de 2007, a partir de 11 de junho de 2007 a 10 de julho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 8 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 246/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Márcia Cristina de Oliveira**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-19**, do gabinete do Deputado **Mazinho Serafim**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 12 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 247/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Gleice Kelles Oliveira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-19**, junto ao gabinete do Deputado **Mazinho Serafim**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Rio Branco, 12 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

**PORTARIA N. 248/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor **Aglailton José Costa Chagas**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-14, do gabinete do Deputado **Chagas Romão**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 249/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor **Gilson Rocha da Silva**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-17, do gabinete da Deputada **Naluh Gouveia**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 250/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor **Francisco Nunes Pereira**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-12, do gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 251/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor **Francisco Wilson Gonçalves**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-19, do gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT,

na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 252/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, dos cargos em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007:

Josias Garcia da Silva	SP-EG-16; e
Alexandre Jerônimo da Silva	SP-EG-19.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 253/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, dos cargos em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Francisco Viga**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007:

Leidemar Rocha da Silva	SP-EG-11;
Joceline Oliveira de Almeida	SP-EG-01; e
Luiz Ribeiro da Silva	SP-EG-16.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 254/2007**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, dos cargos em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Moisés Diniz**, integrante do Bloco Popular Republicano – BPR, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007:

Maria Ione Bezerra de Lima	SP-EG-17; e
Antonia Torquato do Nascimento	SP-EG-07.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

**PORTARIA N. 255/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**ALTERAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de Secretários Parlamentares, que atuam junto ao gabinete do Deputado **Chagas Romão**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de junho de 2007:

Aurineide Pereira Feitosa de SP-EG-15 para SP-EG-09; e

Mateus Cordeiro Araripe de SP-EG-19 para SP-EG-17.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 256/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Moisés Diniz**, integrante do Bloco Popular Republicano – BPR, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007:

Antonia Ivani da Silva Bezerra SP-EG-17; e

Jorge Damasceno de Carvalho SP-EG-07.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 257/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Maria da Conceição da Silva Souza**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG- 19**, junto ao gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 258/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003,

para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007:

Maria Laurita Oliveira de Lima

SP-EG-18; e

Risomar Freire da Silva

SP-EG-16.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 259/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Teresa Daiane Silva de Moura**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG- 06**, junto ao gabinete da Deputada **Antonia Sales**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 260/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Maria Ivaneide Gomes da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG- 17**, junto ao gabinete da Deputada **Naluh Gouveia**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

**PORTARIA N. 261/2007**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007:

Romilda Felix da Silva

SP-EG-16; e

Leomar de Oliveira Barbosa

SP-EG-19.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

## PORTARIA N. 262/2007

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO ACRE, no uso de suas  
atribuições legais, etc.,

## RESOLVE:

**NOMEAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Francisco Viga**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de junho de 2007:

Francisco Luis de França Filho	SP-EG-18;
Maria Andrade da Costa	SP-EG-19;
Elizeu de Souza Lima	SP-EG-19;
José Airton Silva de Souza	SP-EG-19;
Raimundo Nonato Lima da Silva	SP-EG-19;
Antonio Guedes da Rocha Neto	SP-EG-18;
Francisco Vanderley de Oliveira Souza	SP-EG-18;
Sonia Arruda de Souza Brito	SP-EG-19;
José Edson Craveiro de Albuquerque	SP-EG-18;
Uyara Cristina Silva Albuquerque	SP-EG-18; e
José Alberto Barros	SP-EG-19.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de junho de 2007.

  
**MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO**  
Secretária Executiva

### 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 13 de junho de 2007

Presidência: Deputados **HELDER PAIVA** e **ANTONIA SALES**

Secretaria: Deputado **CHICO VIGA**

**PRESENTES:** Deputados **CHICO VIGA**, **NALUH GOUVEIA**, **NEY AMORIM**, **TAUMATURGO LIMA**, do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **MOISÉS DINIZ**, **HELDER PAIVA**, do **BPR**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO**, do **PMDB**; **DONALD FERNANDES**, **LUIZ GONZAGA**, do **PSDB**; **DELORGE CAMPOS**, **WALTER PRADO**, do **PSB**; **ELSON SANTIAGO**, **JOSÉ LUÍS**, do **PMN**; **IDALINA ONOFRE**, **TARCÍSIO MEDEIROS**, do **PPS**; **LUIZ CALIXTO**, do **PDT**; **ZÉ CARLOS**, do **PTN**; **GILBERTO DINIZ**, do **PT do B**.

**AUSENTES:** Deputados **JUAREZ LEITÃO**, **MAZINHO SERAFIM**, **PERPÉTUA DE SÁ**, do **PT**; **MARIA ANTONIA**, do **PP**.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

## EXPEDIENTE

**Ofício n 71/2007 – SL**, do Senhor Félix de Sousa Araújo Sobrinho, Secretário Legislativo, da Assembléia Legislativa da Paraíba, acusando o recebimento das publicações enviadas por esta Casa;

**GADES/OF. N. 53**, do Desembargador Feliciano Vasconcelos de Oliveira, Membro da Câmara Criminal, acusando e agradecendo o recebimento do Ofício Circular n. 13;

**OF/PJ/N. 004/2007**, do Procurador de Justiça, Flávio Augusto Siqueira de Oliveira, do Ministério Público do Estado do Acre, acusando o recebimento do Ofício Circular n. 13;

**Ofício Circular n. 00376/2007/ SeMOB/GABIN/MCIDADES**, dos Senhores José Carlos Xavier, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana e Márcio Fortes de Almeida, Ministro de Estado das Cidades, encaminhando a coleção de cadernos do Programa Brasil Acessível;

**Ofício n. 682/CGFCC/SPOA/MDA**, do Senhor Jadir Gomes Rabêlo, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade – Substituto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Convênio n. 144/2005;

**Indicação n. 52/2007**, acompanhada de justificativa, do Deputado **Donald Fernandes**, encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, o Anteprojeto de Lei que “Dispõe sobre a destinação de 5% (cinco por cento), do produto de arrecadação do imposto

que incide sobre bebidas alcoólicas às Clínicas de Recuperação de Dependentes Químicos e às Comunidades Terapêuticas”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Antes de abirmos o Pequeno Expediente, gostaríamos de, com muita alegria em nome da Mesa diretora e de todos os Deputados e funcionários desta Casa, comunicar o aniversário da colega Deputada Antonia Sales. Que Deus a abençoe. Na palavra de Deus está escrito: “O Senhor te abençoe e te guarde. O Senhor faça resplandecer sob seu rosto e te dê a paz”.

Desejamos muitos anos de vida a nobre Deputada, juntamente com sua família.

## PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados que nos assistem no Salão do Povo, inicialmente eu quero parabenizar a Deputada Antônia Sales e desejar-lhe muita saúde, prosperidade, fé e tudo que uma pessoa precisa para viver bem consigo mesma e com sua família.

Eu gostaria de pedir a V. Exas. um pouquinho de atenção, porque o assunto que tento tratar nesta Assembléia é da maior gravidade. Nós da oposição, Deputados Idalina Onofre, Chagas Romão, Antônia Sales, Donald, Nogueira Lima e agora o Deputado Tarcísio, por diversas vezes, aqui desta tribuna, questionamos a idoneidade do concurso para agente de segurança promovido pelo Governo do Estado. Questionamos a forma de avaliação e me indispus aqui com o Deputado Moisés Diniz, questionando, inclusive, a sua participação enquanto Deputado não autorizado pelo conjunto da Assembléia, mas apenas pela Mesa Diretora. Fui à imprensa, denunciei, mas agora eu trago a prova inequívoca de que a maracutaia estava armada.

Em Rio Branco foram aprovados 410 homens e 45 mulheres para as vagas oferecidas no concurso. E desses quatrocentos e cinquenta e cinco, Deputado Donald, quarenta e um atingiram a nota máxima na entrevista que valia trinta pontos. Apenas quarenta e um. Vejam bem, em Rio Branco 9% dos quatrocentos e cinquenta e cinco candidatos atingiram a nota máxima na entrevista. Em Cruzeiro do Sul, setenta candidatos fizeram o concurso e foram aprovados. E pasmem, Senhores, desse total, 77% obtiveram a nota máxima na entrevista. Vejam só que disparate, que desproporção. Em Tarauacá, trinta e cinco homens e mulheres foram aprovados. Desse total, dezenove, Deputada Antônia Sales, obtiveram a nota máxima na entrevista, o que representa 54% dos participantes, não esqueçam os números de Rio Branco apenas 9%. Em Sena Madureira, Deputado Gilberto, 60 homens e mulheres foram aprovados no concurso e apenas 4 obtiveram a nota máxima na entrevista, o que representa 30% da avaliação, portanto 30 pontos, 7%. Cruzeiro do Sul, terra do César Messias, teve 71% de candidatos com a nota máxima na avaliação da entrevista. Portanto, essa desproporção por si só, se encarrega de demonstrar que as entrevistas foram feitas de forma direcionada.

Mas, Deputado Chagas Romão, V. Exa. já está sentado e assim continue para não cair. V. Exas. Devem lembrar o que eu falei aqui que no edital constava que a prova valia cem pontos. Setenta pontos representavam a pontuação que um candidato poderia obter através de titulação, nível superior, participação em cursos de segurança, experiência, etc e na entrevista os trinta pontos restantes.

Os que estão sentados podem ficar para não cair. O Senhor Júlio Cezar da Silva, lá de Cruzeiro do Sul, numa entrevista que valia apenas 30 pontos, Deputada Antonia Sales, obteve 54 pontos. O mesmo aconteceu com o Senhor Jailson da Silva Freitas, que fez 55 e com o Senhor Ademir Batista dos Santos, que fez 54 pontos. Portanto, Senhores Deputados, os dados que estão aqui no Diário Oficial, de hoje, devem ser avaliados. Três candidatos em Cruzeiro do Sul tiraram pontuação superior a pontuação possível, fato que por si só, se não bastasse à proporcionalidade das pessoas que tiraram a nota máxima no interior do Estado, justificaria a anulação deste concurso. Acredito que o Secretário de Segurança estava fora quando isso aconteceu, mas se tiverem um pouco de decência neste Governo, esse concurso será anulado.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a decisão do Tribunal de Justiça do Acre, a qual gostaria de elogiar, só comprova agora, Deputado Donald Fernandes, o que nós, na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor estamos afirmando. Os nossos funcionários públicos do Acre, principalmente aqueles que ganham menos, vêm sendo sistematicamente extorquidos pelo Banco do Brasil.

Essa decisão do Tribunal aponta e determina, quase por unanimidade, que os contratos formulados com funcionários e os juros cobrados são maiores que os cobrados para os grandes, para as empresas, para os que têm dinheiro. E a Justiça do Acre, na sua infinita sabedoria, está determinando que a taxa de juros não ultrapasse 1%. Eu desafio qualquer Instituição Financeira a mostrar-me que cobra juros nesse patamar.

E o que nós estamos vendo é o empobrecimento do funcionalismo público do Acre. Mas a Justiça está determinando que esses contratos fiquem sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, pois tem que haver um equilíbrio, já que o funcionário não pode empregar todo o seu orçamento e ficar passando fome.

Eu quero sair do discurso para a prática, portanto vou preparar, na próxima terça-feira, na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que se faça um grande debate e aí, companheiro Moisés, vou precisar de sua ajuda para mobilizar as classes sindicais, a fim de que se tragam essa questão à luz da verdade e do direito. Então, nós precisaremos do apoio da Assembléia, porque a presa está dentro da jaula e o leão está comendo, pois ficou estabelecido nesses contratos que o pagamento desses empréstimos seria feito através de consignação e aí é onde está a extorsão.

Quando uma pessoa faz um empréstimo o banco negocia, Deputado Donald, cria as condições para que ela consiga manter sua família e ainda possa pagar o banco, porém quando se trata do funcionário a presa está próxima do leão, do tubarão que vai lá e arrasta tudo que é depositado na conta.

O Banco do Brasil é um banco público e não pode estar extorquindo os funcionários. Quando o dinheiro do funcionário entra na conta, o banco lança mão, Deputado Chagas Romão, por isso não tem interesse em negociar, porque ele está recebendo pontualmente. Eu discordo dessa política que o Estado adotou ao compactuar com esses descontos feitos em folha a cada mês.

Eu quero pedir à Assembléia que demonstre, mais uma vez, já que tem o poder de mobilização, apoio às classes sindicais inicialmente, para que sejam revistas as taxas que foram pactuadas nos contratos, que são em média 4%, 6%, já que a Justiça brasileira determinou que a taxa de juros não deve ultrapassar 1%. Desta forma o funcionalismo público do Acre terá condição de manter a sua família. Muito Obrigado!

(Sem revisão do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicialmente, quero parabenizar a nossa Deputada Antonia Sales pela passagem do seu aniversário. Que o grande arquiteto do Universo a guarde.

Quero aqui voltar a um comentário feito há dois meses, mas gostaria que o Líder do Governo prestasse atenção. No dia trinta de agosto o Governo do Estado do Acre proibiu que as cirurgias eletivas, aquelas que não são de urgências, fossem realizadas no Hospital Santa Juliana, para os médicos que trabalham no complexo materno-infantil; nenhum médico da maternidade ou de qualquer outro lugar poderia realizar essas cirurgias como vinha acontecendo, todos deveriam ser mandados para a Fundação Hospitalar e isso foi feito. Como lá não resolve nem os problemas existentes, começaram a enganar os pacientes, mandando eles fazerem exames e quando chegava no último, volta para o primeiro até marcar a cirurgia para daqui a 6, 8 ou 9 meses.

Há dois anos eu falei com o Dr. Alonso, um Neurologista muito humano e competente, o qual reclamava que tinha um paciente com uma próstata de 250 gramas, há um ano e que queria operá-lo, mas esse pedido tinha sido negado pela Direção da Fundação Hospitalar, que alegou que essa cirurgia não poderia ser feita nem na Maternidade, nem no Hospital Santa Juliana. Então, mandaram o paciente para a Fundação, lá ele fez os exames, mas o médico que o atendeu disse que não precisava mais lutar, porque ia morrer. Realmente o paciente morreu na fila de espera, por falta de um atendimento especializado, que o médico se dispunha a fazê-lo em outro hospital.

Os Diretores, Dr. Nilton Gliotti e o Dr. Thor, estão muito agressivos com os pacientes, porque não tem como atendê-los e ainda negam a autorização para o médico fazer esse tratamento em outra unidade hospitalar. O profissional tem condição de atender seu paciente, mas a Direção não permite.

Eu próprio recebi uma paciente de Tarauacá sangrando muito, em virtude de um mioma. Eu pedi que fosse tratada em outro hospital, mas negaram e mandaram-na para Fundação e até hoje não sei se ela ficou boa, voltou para Tarauacá ou morreu. Portanto, eu gostaria que o nosso nobre representante do Governo nesta Casa, atendesse menos o telefone e ouvisse as denúncias que são feitas aqui, porque isso depõe contra o Governo dele, mas V. Exa. está é conversando ao telefone. Então as denúncias aqui são menos importantes do que um telefonema que ele der? É preciso ter respeito pela comunidade que o elegeu.

O que o Deputado Luiz Calixto falou aqui é da maior gravidade. Como é que se faz um concurso dirigido? Eu acho que no Acre não tem concurso honesto, na minha cabeça é tudo manipulado há muitos anos. O único concurso que foi feito de maneira isenta, foi o dirigido pela Universidade Nacional de Brasília para preenchimento de vagas na Saúde, que mesmo contrariando o nosso Senador Tião Viana, o resultado ficou mantido. Por isso, que aquela instituição nunca mais conseguiu realizar concurso aqui no Acre. E não venham me dizer que é devido o alto custo, porque não é. É porque ela não se deixou manipular. Depois desse concurso para médicos não houve mais nenhum concurso honesto aqui no Acre. Todos são manipulados. Por isso, eu não acredito em concurso realizado pelo Governo e nem pela Prefeitura. São todos dirigidos.

Essa denúncia que o Senhor faz chega às raíais do absurdo. Não dá para aceitar V. Exa. tem que ir ao Ministério Público e anular esse concurso. Nós vamos fazer isso, mesmo que o Senhor não queira. A decência tem que imperar neste Estado.

Não é possível mais viver num Estado onde não se ouve as Oposição; a Situação fica ao telefone como é o caso do Líder do Governo e

nós esbravejando na tribuna como se não fosse nada. É preciso ter respeito com a Oposição, nós representamos muitas pessoas. Eu acho que está na hora do Governo valorizar a Oposição, eu não estou aqui de brincadeira, quero ser respeitado sim, represento uma comunidade grande, como cada um aqui.

Ontem, recebi um telefonema de uma pessoa, a qual me informou que tinham ligado do hospital dizendo que a cirurgia da sua mãe estava agendada, só que essa Senhora faleceu há dois meses. Deputada Antonia Sales, falei a Deputada Idalina que esse descaso com a Saúde não estava acontecendo apenas em Cruzeiro do Sul, aqui também não era diferente e ninguém toma nenhuma providência. Isso é uma vergonha!

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, eu estou impressionado, porque as pessoas estão ligando para me dar parabéns. Aí eu digo, parabéns por quê? Eu não estou aniversariando. E eu não ganhei nenhum presente, isso é um pepino! E as pessoas ficam me dando os parabéns, Presidente!

Eu quero pedir desculpas ao Deputado Donald por não ter lhe dado atenção, mas é porque eu estava precisando falar com os Assessores do Governo, par eu poder me informar, porque eu ainda não consegui atingir a arte da adivinhação, então eu precisava conversar com eles.

Quanto a essa questão do concurso, nós do Governo estamos muito tranqüilos e eu acho até que esse debate é desnecessário, porque eu olho para um problema sempre olhando para o bosque, Deputado Walter Prado, eu não olho apenas para a árvore. Se surgir um outro problema, nós vamos corrigir, mas esse concurso foi feito baseado nos seguintes critérios: garantir maiores possibilidades de aprovação aos candidatos que tenham experiência e curso na área de segurança.

Portanto, façam um levantamento que os Senhores verão que entre os aprovados, pelo menos 60% são policiais voluntários, porque eles têm a qualificação profissional e a experiência necessária para exercerem a função de agente penitenciário. E nessa comissão havia pessoas da SEJUSP, da SECAS, da DAP e da Polícia Militar. Será que todas essas pessoas cometeram essas barbaridades, Deputados? Quer dizer que os concursos simplificados que foram realizados no Acre, no tempo do Flaviano, do Orleir e do Edmundo Pinto, foram todos corrompidos? E os concursos nos oito anos do Fernando Henrique Cardoso, foram todos corrompidos? Ninguém descobriu que havia concurso corrompido na época do Fernando Henrique Cardoso, mas no nosso Governo dizem que em tudo há corrupção. Quer dizer que se o marido da mulher está na penal, a gravidez dela tem que ser do vizinho? Será que não é por que ela o visitou na penal? E lá, no momento de intimidade, fez o filho? Agora somos só nós?

O resultado que está no Diário Oficial, nobres Deputados, corresponde a soma de 70 pontos da qualificação dos diplomas e 30 pontos da entrevista. Se houver comprovação de irregularidade no Diário Oficial, V. Exa. pode ter certeza que será corrigida. Essa é a tarefa do Governo e nós não vamos esconder nada. Se houve algum caso específico de irregularidade, eu vou junto com V. Exa. ao Ministério Público.

Agora, fazer um discurso emotivo dizendo que houve maracutaia, eu não aceito. E também porque pela primeira vez na história do Acre, o Governo convidou a Oposição para fazer parte dessa Comissão, mas a Oposição não aceitou, dizendo que era a mesma coisa que botar a raposa para cuidar do galinheiro. Então eu disse-lhe: venha ser raposa junto comigo. Nessa época, eu fiquei sozinho aqui no Acre, já que os nobres Deputados estavam cumprindo um papel importante no Rio Grande do Sul. E eu fiquei aqui porque achava que era necessário, mas os Deputados não estavam em praças como alguém quis dizer, eles estavam trabalhando, cuidando dos interesses do Brasil e do Acre.

Pela primeira vez, no Acre, nós convidamos a Oposição para participar da Comissão do Concurso, porque nós não temos medo. Antigamente, tudo era feito na surdina. Aí sim, havia maracutaia. Como é que existe maracutaia em concurso simplificado, para o qual o Governo convidou a Oposição para participar das duas fases desse concurso?

Muito obrigado, Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta manhã, vimos à tribuna para tratar de problemas emergentes em nosso Estado, como a questão de fronteira.

Ontem, nós tivemos a participação do Deputado Walter Prado que falou sobre um assunto que eu também já abordei que é a questão da Linha Cunha Gomes, a qual deve ser revista, porque nós observamos através da história que a problemática da divisão do nosso país vem desde o tempo da assinatura dos Tratados de Tordesilhas, Petrópolis, de Ayacucho e da divisão da Linha Cunha Gomes.

O que acontece é que lá em Sena Madureira, por exemplo, nós temos uma comunidade na Boca do Iaco que fica a sete quilômetros em linha reta da sede da Prefeitura. E moram nessa comunidade mais de quatro mil pessoas, as quais pertencem ao Estado do Amazonas, mas da Boca do Iaco até Boca do Acre dá em torno de duzentos quilômetros. Então, esse povoado fica mais próximo de Sena Madureira. E as pessoas reclamam de estarem desassistidas tanto na parte de Saúde, como na Educação, e também no desenvolvimento humano.

Portanto, nós estamos propondo esse debate, para que possamos trabalhar uma forma de vincular essa comunidade ao nosso Estado, porque as

peças estão abandonadas. Para os Senhores terem uma idéia, a minha casa fica na fronteira entre os Estados do Amazonas e do Acre.

Recentemente, uma pessoa que mora na Boca do Iaco teve o olho vazado, porque ao bater o martelo num prego, este veio em direção ao seu olho. E nesses casos de emergência quem tem que dar assistência é o Município de Sena Madureira. As pessoas dessa comunidade reclamam que não têm assistência da parte do Município de Boca do Acre, o qual está duzentos quilômetros, em linha reta, desse local. E também não têm assistência do Município de Sena Madureira, o qual está a sete quilômetros do ramal que dá acesso a essa comunidade. Então, nós precisamos fazer alguma coisa, para que a Linha Cunha Gomes seja prolongada, a fim de que essas comunidades sejam assistidas pelo Governo do nosso Estado e também pela Prefeitura do Município de Sena Madureira.

O problema da terra no Acre tem que ser resolvido, porque o que ocorre em Sena Madureira, também ocorre em Feijó e em Tarauacá. E ali em Cruzeiro do Sul tem a questão de Guajará que é próximo àquele município. Também temos problemas entre Epitaciolândia e Brasiléia, onde a Prefeitura de Epitaciolândia é dona de uma grande porção de terra, mas quem presta serviço à população é a Prefeitura de Brasiléia. Então, todos esses meandros têm que ser resolvidos. Por isso, nós temos que trabalhar em torno dessas questões, para beneficiar as comunidades que estão precisando ser assistidas pelo poder público, pois elas estão no meio de uma gangorra e não são assistidas por ninguém. E ficam sofrendo por falta de atendimento nas áreas de Saúde, Educação e Habitação.

Outro problema sério que acontece na Boca do Iaco é que na fronteira existe o programa Luz Para Todos, mas aquela comunidade não tem acesso a esse programa, apesar de ser do Governo Federal, mas quem realiza o serviço é o Governo do Estado e ele não pode contemplar as 5,6 ou 7 mil pessoas que habitam ao redor do Município de Sena Madureira, exatamente na fronteira com o Estado do Amazonas. Então, hoje, é grande a gritaria daquela comunidade da Boca do Iaco. E sete quilômetros de rede de energia elétrica resolveria o problema de duzentas famílias, mas infelizmente, nós não podemos levar esse programa para aquela localidade, porque estaremos entrando em território alheio. Enquanto isso no Amazonas, o programa Luz Para Todos não avançou. Então aquela comunidade está dividida entre Sena Madureira e Boca do Acre. E para os Senhores terem uma idéia seiscentos eleitores daquela comunidade votam no Município de Boca do Acre, mesmo estando a sete quilômetros de Sena Madureira.

Senhores Deputados, ali, foram abertos sete quilômetros de ramal e tem outro para ser aberto, mas é muito difícil, porque aquela porção de terra pertence a Boca do Acre e o Prefeito daquele município não dá assistência aquela comunidade, por causa da distância e do acesso. Por isso, nós temos que agrupar essa porção de terra ao Município de Sena Madureira, que é a cidade mais próxima e que pode prestar auxílio àquelas pessoas. E também porque nos Postos de Saúde do Vale do Purus e da Boca do Iaco faltam medicamentos e nas escolas faltam professores e livros. E o ramal ainda não foi reaberto.

Muito Obrigado, Senhor Presidente!  
(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, pessoas no Salão do Povo, em primeiro lugar eu quero, em nome do nosso glorioso PMDB, parabenizar a nossa colega de bancada Deputada Antonia Sales pela passagem do seu aniversário. Desejamos tudo de bom na sua vida e na de sua família. Que Deus ilumine o seu caminho, que é trilhado com seriedade, competência e luta. Isso é muito importante para o ser humano.

Eu aqui também quero falar da denúncia feita pelo Deputado Luiz Calixto, porque neste concurso só prevaleceu o QI de Cruzeiro do Sul e Tarauacá. Realmente é difícil entendermos que só os tarauacaenses e os cruzeirenses atingiram percentuais de sessenta a oitenta por cento. E os riobranquenses? E os senamadureirenses?

Essa prática imoral já vem sendo feita há muitos anos. Isso é uma indecência. Eu não chamo isso de concurso. Isso é favorecimento a quem quer que seja. O Governo da Frente Popular já vem há quase doze anos se utilizando dessa prática. Se estava errado nos outros Governos, vamos então, corrigir neste. Nós não podemos é tirar o incentivo daqueles companheiros que estudam, que muitas vezes saem de madrugada para prestar um concurso. Num concurso passa quem tira a maior nota. Não tem condição de num concurso dessa natureza, serem aprovados os candidatos apenas de Rio Branco, Xapuri, Tarauacá e Cruzeiro. Por trás dessa prática tem favorecimento. O Estado do Acre já tem maturidade o bastante para acabar com essa palhaçada. Se tiveram erros nos Governos passados, então vamos corrigir essas distorções que há no nosso Estado. Nós precisamos incentivar quem gosta de estudar, quem se dedica, quem, muitas vezes, fica até de madrugada queimando as pestanas para poder concorrer a um concurso.

Não aceitamos esse tipo de concurso. Dessa maneira nós não estamos levando o nosso Estado a lugar nenhum. Está na cara que as pessoas de Cruzeiro do Sul foram favorecidas, pois 77% dos inscritos foram aprovados e em Tarauacá 54%; na nossa querida Rio Branco apenas 9% passaram e em Sena Madureira, cidade do meu amigo Gilberto Diniz, só 7%.

Deixo aqui o meu repúdio a isto, que eu chamo de separação de currículos. Muito Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas que estão no Salão do Povo. Deputado Moisés Diniz, normalmente não gosto de olhar para trás, porque temos que olhar para frente, porém eu tenho que concordar com o Deputado Luiz Calixto. Eu sempre fui contra o concurso provisório e continuo mantendo a minha posição. Até porque nós sabemos que o concurso provisório, Deputado Luiz Calixto, serve para criar cabos eleitorais para o Governo. Para vocês terem uma idéia está sendo feito concurso simplificado para todos os órgãos. A Assembléia votou uma lei, que diz que esse tipo de contratação só deve ser feita em caso emergenciais: na Segurança, se houver uma invasão no Estado; na Saúde, se houve um surto de alguma doença. Até para a Serflora foi feito esse tipo de contrato.

No dia 8 desse mês, entrei com uma representação no Ministério Público, a qual gostaria de ler:

EXMO. SR. COORDENADOR DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE E CONTROLE DA EVASÃO FISCAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

**IDALINA ONOFRE DE BRITO FERNANDES**, Deputada Estadual da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. oferecer

#### REPRESENTAÇÃO

Em face do edital do processo seletivo simplificado para contratação temporária n. 002/2007, confeccionado pelo **GOVERNO DO ESTADO DO ACRE – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOM MOACYR**, aduzindo para tanto os seguintes argumentos:

A Lei Complementar n. 58, de 17 de julho de 1998, acrescentada pela Lei Complementar n. 155, de 12 de janeiro de 2006, são os diplomas legais que indicam as possibilidades de contratação temporárias, sendo as normas reguladoras do inciso X, do artigo 27, da Constituição.

O que era para ser exceção no serviço público está se tornando regra, porque os gestores da coisa pública estão aproveitando o permissivo constitucional para contratar servidores de maneira precária, abusando de suas conveniências políticas e partidárias.

Os gestores da coisa pública insistem em não compreender que a contratação temporária só é admitida em casos excepcionais e de necessidade temporária. Ao invés disso abusam do expediente para acolher parentes, correligionários.

Porém, quando se observa as atividades profissionais relacionadas às ditas funções temporárias, que são exercidas pelos novos servidores, percebe-se, sem surpresas, que são ligadas a cargos do quadro permanente do serviço público que exigem trabalhadores que ingressem na carreira através de concurso público efetivo.

Não é só a contratação de forma irregular, mas também a prorrogação dos contratos. Há servidores exercendo funções públicas durante vários anos, que ingressaram por meio de concurso provisório e que a administração está renovando seus contratos por períodos superiores a transitoriedade, sendo que referidas prorrogações podem ser possíveis de anulação pelo Poder Judiciário, causando falsas expectativas nas pessoas.

Levantada essa questão, observa-se com clareza que muito embora o concurso provisório se apresente com certa legalidade, afronta um dos princípios basilares da administração pública que é o da moralidade, pois como já foi dito, cria ilusórias expectativas nos que o exercem, além de discriminar mulheres, que sempre são contratadas sem condições isonômicas com os homens.

Na mesma esteira, vislumbra-se que os concursos de prazo de 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis por igual período, totalizando 72 (setenta e dois) meses, invadem o governo subsequente, implicando em despesas para outra gestão, o que fere a legislação de regência.

Diante do exposto e ciente da função inarredável do Ministério Público como defensor da moralidade e probidade administrativas, requer as providências cabíveis para a suspensão cautelar do presente processo seletivo, bem como no mérito, seja o Estado do Acre compelido a realizar concurso definitivo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Cruzeiro do Sul, 6 de maio de 2007.

Idalina Onofre  
Deputada Estadual  
Líder do PPS  
(Sem revisão do orador)

## GRANDE EXPEDIENTE

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Senhor

Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, eu quero aqui, em primeiro lugar utilizar esta tribuna para parabenizar a nossa colega Deputada Antonia Sales, pela passagem do seu aniversário. Que Deus a ilumine, como também a sua família lhe dê muitos anos de vida, muita paz e muita luz.

O Deputado Donald Fernandes colocou aqui a situação da Saúde no nosso Estado. Esse é um assunto que todos nós nos preocupamos, desde os Vereadores, Deputados Federais e Estaduais, Secretários, porque temos que oferecer um serviço de qualidade para o povo acreano e para o povo brasileiro. E o Governo da Frente Popular tem se empenhado durante esses quase doze anos à frente da administração em melhorar esse setor, assim como o da Segurança. Mas não é uma coisa fácil.

V. Exa. é médico e tem credibilidade para falar da Saúde do nosso Estado. Nós temos conhecimento apenas de algumas situações, quando somos informados ou quando chegam as denúncias. Temos consciência que a Saúde do nosso Estado, Deputado, precisa melhorar e muito. Isso é consenso entre as pessoas que fazem parte da administração da Saúde.

O empenho que este Governo tem feito, tem sido muito grande: São reformas, ampliações e compra de equipamentos. Porém, nós sabemos também que a Saúde não pode esperar, porque você não adoece porque quer. E quanto a essa informação que V. Exa. traz, de que hoje está proibida a realização de cirurgias no hospital Santa Juliana, eu consultei o Secretário de Saúde e ele disse que não é verdade. Porém, acredito que devamos verificar o que está acontecendo em relação a este convênio entre o Hospital Santa Juliana e o SUS, pois sabemos que a demanda da Fundação Hospitalar é muito grande.

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB – EM APARTE) – Deputado, ou o Secretário de Saúde não quer falar a verdade ou não sei o que está acontecendo. Ele disse aqui que um médico ganhava seis mil reais e eu trouxe o meu contracheque e mostrei que é uma deslavada inverdade. Eu não falei nem mentira para não ser indelicado. Agora, eles têm uma cota do SUS para realizar as cirurgias ortopédicas, porque os Ortopedistas, além de ganharem o salário da Fundação, ganham por cada cirurgia feita pelo SUS. No dia em que o Governo tirar as cirurgias ortopédicas do Santa Juliana e mandar para a Fundação, os Ortopedistas vão se rebelar, porque eles vão perder um salário, essa é a realidade. Com relação as outras cirurgias, elas são feitas na Fundação Hospitalar, porque existe uma central que comanda esse processo seletivo. E a Fundação fica meses a fio sem fazer uma cirurgia. Realmente o paciente sofre muito. Eu estou satisfeito, porque V. Exa. topou fazer comigo uma coisa que eu nem vou falar, que é para não despertar os profissionais da Fundação. Porque no dia em que nós fizemos o nosso teste, o Senhor vai ver que a coisa pega. Muitos pacientes estão morrendo sem serem operados, porque os Drs. Donald, Calderon, Alonso e o Ribamar, não têm autorização para fazer essas cirurgias no Santa Juliana, porque o SUS não libera. Como também a Central de Cirurgia da Fundação. Esse é o grande problema. Apenas os Postos de Saúde concedem pedidos, consultórios particulares são deixados de lado. Nós vamos fazer esse teste em breve e vamos ver quem tem razão. Esse Secretário parece que está com medo de perder o emprego, porque nunca vi falar tantas inverdades.

Muito obrigado.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Incorporo o aparte do Deputado Donald Fernandes ao meu pronunciamento. Discordo das últimas frases que V. Exa. falou em relação ao nosso Secretário de Saúde. E não desacreditando em V. Exa., Deputado Donald Fernandes, eu quero aqui manter a informação que nós recebemos do Secretário de Saúde. Agora, V. Exa. coloca uma situação aqui que é grave, onde diz que os médicos estão enviando as guias apenas para Santa Juliana, porque também ganham. Eu acho que isso não é justo porque a Fundação tem plena condições de realizar essas intervenções, então não está em jogo a saúde da população e sim o salário do médico. Nós vamos tratar desse tema com muita cautela. Nós temos interesse em que essa situação seja resolvida e eu acredito no nosso Secretário de Saúde, porque ele está há pouco tempo na administração e já tem feito muita coisa.

Eu tenho certeza, Deputado Donald, com todo esse esforço que a Frente Popular vem fazendo com relação a Saúde, Educação, Segurança, que em breve resolvemos muitos dos nossos problemas. Nós da Frente Popular não queremos esconder nada, mas que o nosso empenho também seja reconhecido. Não sejamos ingratos.

Hoje, o Senhor que é médico consegue entrar na Fundação Hospitalar, no Hospital do Câncer, no Hospital do Idoso, no Hospital da Criança, coisa que não existia antes. Não queremos tratar do passado, mas, às vezes, Deputada Idalina é através do passado que nós construímos o presente e o futuro.

Portanto, tenho a convicção do trabalho, do esforço e do compromisso que o Governo da Frente Popular, o Dr. Osvaldo e o Subsecretário Sérgio Roberto estão fazendo para melhorar a Saúde do Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, considero que esse tema do concurso tem que ser tratado com tranqüilidade, tanto pelo Governo como pela Oposição, que está querendo transformar a comissão organizadora do concurso em

quadrilheiros. Nós do Governo não queremos considerar que a Oposição esteja destemperada.

Deputado Chagas Romão, se formos debater o QI de cada região isso poderá virar uma confusão. Então, traremos no início da próxima semana, na Comissão de Serviço Público alguns servidores do DAP, para que possam fornecer dados aos Parlamentares sobre o concurso simplificado e se houver comprovação de irregularidades, pode ter certeza que seremos contra.

Concedo aparte ao Deputado Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, queremos parabenizá-lo pela serenidade com que trata esse assunto e dizer que esta Assembléia Legislativa só terá valor e importância para a sociedade se levantarmos os devidos problemas com responsabilidade provando nossa inocência. Quando apresentamos esses dados questionando a idoneidade desse concurso, não o fizemos porque tivemos um sonho. Tenho o hábito de ler o Diário Oficial todos os dias, porque é nele que está a vida do Estado e a movimentação da administração. E de todos os candidatos de Rio Branco apenas 9% tiraram a nota máxima, que são 30 pontos; em Cruzeiro do Sul 71% atingiu esses pontos; em Tarauacá 54% e em Sena Madureira 7%. Que disparidade é essa? Que entrevista tão diferenciada é essa que em uma região atinge quase a totalidade dos candidatos tiraram a nota máxima e noutra quase atinge zero? Mas o que mais me chamou a atenção, Deputado Moisés Diniz, e sabemos que não é culpa de V. Exa., é que no Diário Oficial tem uma legenda que dizem assim: TA – títulos apresentados, ou seja, aqueles que o candidato apresentou; TC – títulos comprovados, aquilo que a comissão comprovou, de fato. E três desses candidatos obtiveram notas máximas. Então, notamos que a Comissão referendou que a nota comprovada foi trinta e cinco por cento e a da entrevista cinquenta e quatro. O que totaliza: 89 pontos. É impossível alguém tirar cinquenta e quatro pontos numa entrevista que só valia trinta. Os candidatos que tiraram essas notas são: Júlio César Azevedo da Silva, Ademir Batista dos Santos e Jailson da Silva Freitas, que tiveram cinquenta e cinco pontos na entrevista que só valia trinta. Portanto, são essas as informações que ofereço a V. Exa.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Nobre Deputado Luiz Calixto, o vosso direito é sagrado, mas uma entrevista não é apenas para a comissão saber se a voz do candidato é aguda ou grave ou se eles têm olhos azuis ou castanhos. Os currículos devem ter as qualificações e experiência profissional do candidato e ainda os diplomas para comprovação dos cursos na entrevista é que comprovam a idoneidade, mostrando os documentos. Então, eles podem tirar uma nota acima, porque é a somatória.

Concedo aparte ao Deputado Taumaturgo Lima.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, agradeço o aparte e dou uma contribuição em relação a essa questão do concurso, que na verdade não foi concurso e sim uma seleção. O Governo da Frente Popular durante doze anos realizou concursos permanentes para evitar exatamente essa questão do provisório, que é um dispositivo constitucional para atender interesses da Administração Pública. Realizamos concursos para Educação, Saúde, Polícia Civil, Polícia Militar, fiscais da Fazenda, gestores públicos. Porém, agora, em setembro será feito um concurso permanente para agentes penitenciários, isso já foi discutido aqui e não tenho dúvida que esta seleção foi realizada dentro da legalidade.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Incorporo o aparte do Nobre Deputado ao meu discurso.

Senhora Presidente, um funcionário que nos presta serviço ouviu essa denúncia, Deputado Tarcísio, e me perguntou: Deputado, o meu filho se inscreveu e ficou fora, se eu soubesse que tinha essa maracutaia, teria pedido para o Senhor classificá-lo.

Então esse debate é desnecessário, convidamos a Oposição para demonstrar que não tinha nada a esconder e agora estamos estendendo as nossas mãos, Deputado Tarcísio, quando propomos a vinda da Comissão, para esclarecer todas as dúvidas, que os nobres Parlamentares queiram tirar. Esse é o papel do Governo, ser transparente e se tiver culpa no cartório, que pague, Deputado Donald. Por isso a nossa proposta. Solicitamos o apoio dos nobres Deputados, para que não parem dúvidas sobre esse concurso público. Parabenizo V. Exa. por esse reconhecimento.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, este problema com concurso simplificado já vêm ocorrendo faz tempo e estamos lutando para que não aconteça outra vez, mas estão batendo na mesma tecla.

Há oito anos que estamos nesta luta, para que seja implantado um concurso permanente, para a aquisição de mão-de-obra e preenchimento de vagas em todo o Estado. Visamos um concurso para quem estuda e luta, para aqueles que muitas vezes atravessam a madrugada queimando as pestanas, na esperança de ter uma estabilidade econômica e um futuro melhor para sua família. Todo sonho se desfaz com o processo de escolha simplificado, que se dá através da análise de currículos. A esperança daquele companheiro conseguir um emprego e conquistar uma posição melhor, através de um concurso permanente, vai toda por água abaixo.

Então temos que encontrar uma solução para esse problema, pois, por conta dessa situação, estamos fazendo novamente esse debate. Tenho certeza, Deputado Moisés, que se continuarmos desse jeito, seguindo as regras do Governo anterior, o nobre colega terá muito trabalho, porque nós estamos aqui e ganhamos para defender a população e o que nós achamos certo.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Chagas Romão, ontem eu tive o prazer e o privilégio de assistir a uma entrevista do Deputado Moisés Diniz, sempre de forma muito competente, onde ele brincou com o entrevistador, que ao parabenizá-lo, disse: “- Não faça isso! Isso é uma missão muito espinhosa, é um abacaxi ser Líder do Governo. Fazer defesa daquilo que é indefensável é muito difícil”.

Deputado Chagas Romão, vou apenas reprimir os dados publicados no Diário Oficial do Estado: Dos entrevistados, em Rio Branco, apenas 9% tiraram nota máxima; 45 pessoas num universo de 455; Lá em Cruzeiro do Sul, 75% dos candidatos alcançaram trinta pontos. Ou o entrevistador de Cruzeiro do Sul era muito bonzinho ou o de Rio Branco era muito ruim. Lá em Tarauacá, dos trinta e cinco candidatos que foram chamados, dezenove tiraram a nota máxima na entrevista. Em Sena Madureira apenas 7% tiraram a nota máxima, de cinquenta e poucos candidatos. Lá a entrevista foi muito dura; em Tarauacá foi frouxa; mas em Rio Branco foi rígida e em Cruzeiro do Sul “alavanter”. Eu já falei mil vezes que esses dados estão no Diário Oficial. Título é diploma de nível básico, médio ou superior, é qualquer certificado que comprova que você adquiriu um certo conhecimento. Na análise de currículos a experiência adquirida pelo agente de segurança valia setenta pontos e a entrevista trinta. O que eu estou questionando é que em Cruzeiro do Sul, eles relaxaram tanto que houve indivíduos que tiraram nota superior ao valor da prova. A prova valia trinta pontos, Deputado Tarcísio, mas o negócio correu tão frouxo que o candidato obteve 54 pontos.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) - O Líder do Governo disse que ia trazer aqui uma equipe da Segurança e do DARBS para fazer um esclarecimento. Espero que essa equipe não faça como os representantes da Secretaria de Educação que vieram aqui e eu falei sobre a questão dos currículos e dos concursos e não obtive resposta. Quer dizer um Secretário de Governo, com todo aparato, chega aqui e não pode dar uma resposta, porque a pergunta não era direcionada a ele! Então, eu acho que o Secretário ou a equipe que vier, venham dispostos a esclarecer as perguntas que estiverem dentro daquele assunto.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero voltar ao comentário que foi feito sobre esse concurso de Agente Penitenciário. Quero dizer ao nobre Deputado Luiz Calixto que os cruzeirenses são inteligentes e os acreanos de Rio Branco não são tanto. Eu pergunto: será que são os concorrentes ou o inteligente é o César Messias? Esse que é o problema. O César Messias é muito inteligente! E as pessoas de Rio Branco são pouco atuantes.

Acho que a posição do nobre Deputado Moisés Diniz é boa e democrática, pois ele atua com o poder de informação, sem limitações, sem nada que bloqueie aquilo que queremos saber. Agora chegar aqui e não poder informar isso ou aquilo não tem condição.

Outra coisa que eu queria louvar é a posição do Deputado Taumaturgo Lima, porque as acusações sobre a Saúde são reais. Sofremos com isso no dia-a-dia. Qualquer médico que vir aqui pode confirmar o que estou dizendo. Por isso, eu disse que o Secretário está na lua ou com medo de perder o emprego. Estou falando a realidade. Vá ao Hospital Santa Juliana e pergunte pela cota de ortopedia que tem lá? Por que eles não operam na Fundação Hospitalar? A justificativa é que não há material adequado na Fundação, mas isso não é verdade. O que acontece é que operando no Santa Juliana, eles ganham pelo SUS. Eu tenho que falar isso, mesmo eu sendo médico, pois não posso compactuar com essas coisas.

Acho que o Deputado está certo, vamos fazer um teste, vamos chegar para um cirurgião que está num Posto de Saúde e pedir-lhe uma guia para uma cirurgia e vamos ouvir a sua resposta. O Dr. Thor, a quem eu tenho grande admiração, está atendendo às pessoas com muita rispidez e acho até que o Dr. Nilton chuta o paciente, tamanha a intolerância. E depois a Fundação não tem condições de operar as pessoas do Estado todo e o paciente fica jogado nos ambulatórios, fazendo exames e mais exames. E depois vem a sentença: sua cirurgia está marcada para 18 de dezembro. E até lá o indivíduo morre, como morreu esse paciente do Dr. Alonso, que eu não vou dizer o nome dele, porque eu não pedi autorização a sua família, mas se o Senhor for lá, o Dr. Alonso vai recapitular esse fato para V. Exa.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo - EM PARTE) – Nobre Deputado Donald Fernandes, quero parabenizar V. Exa. pela grandeza em reconhecer que o diálogo é o melhor caminho para resolver os problemas do Estado. Não tenho as informações técnicas porque essa não é minha área, mas tenho o convencimento que o debate não está na questão da nota máxima. Está nas vagas alcançadas para cumprir o serviço de segurança do nosso presidio. Estou propondo que o DAP venha esclarecer tecnicamente todos os possíveis problemas que tenham ocorrido. Por isso parabenizo V. Exa. por esse reconhecimento. Muito obrigado.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT – EM APARTE) – É uma honra para este parlamentar receber um aparte de V. Exa. certas situações me preocupam a cada momento, porque a Saúde sempre foi questionada, principalmente quando o Secretário não era da área. Foi nomeado o Dr. Osvaldo Leal, que é médico e o Dr. Thor para responder pela Fundação. Um profissional reconhecido por toda a classe, como um bom médico, que tem bons propósitos para a saúde. Fico preocupado quando V. Exa. diz que o nosso Secretário estaria com medo de perder o emprego. Quero fazer esta defesa mesmo não tendo afinidade com o Secretário, pois o conheço há pouco tempo. Mas tenho certeza que o Dr. Osvaldo Leal não está com medo de perder o emprego. Ele está trabalhando com dignidade.

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Estou falando isso, porque ele falou que o médico ganhava R\$ 6.000,00 quando não é verdade. Eu trouxe meu contracheque para mostrar aqui. E também ele leva para o Governo informações sobre a Saúde que não são verdadeiras. Ou ele está querendo agradar o Governo ou está com medo de perder o emprego.

Realmente o Governo nomeou um Secretário que é médico, só que colocou o Sérgio Roberto como Subsecretário. Aí é que está o grande problema. Mas de qualquer forma iremos ficar na esperança que haja melhorias na Saúde e daqui a algum tempo faremos a festa e veremos se o que eu falei é verdade.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos e amigas que se encontram no Salão do Povo, eu vos saúdo com a paz do Nosso Senhor Jesus Cristo. Eu não vou entrar no mérito das questões abordadas hoje, no que diz respeito à legalidade, à forma como foi feita a seleção, ou seja, emergencialmente. Havia a necessidade de contratar urgentemente pessoas para tomar conta de presidiários, principalmente de presos de alta periculosidade, inclusive membros de quadrilhas que assaltaram em Rio Branco e que normalmente estão assaltando no dia-a-dia a população.

O Deputado Moisés Diniz, como Líder do Governo, já nos expôs aqui, basicamente o que é necessário ser verificado. Eu estou de acordo e também vou participar desse debate, porque entendo que a proposta do Governador Binho seja correta e impessoal.

Esse assunto precisa ser devidamente explicado, face aos fatos que foram levantados. Inclusive o próprio Líder do Governo já se colocou à disposição e se propôs trazer para cá, aqueles que participaram dessa escolha, desse concurso simplificado, de caráter emergencial, que visa garantir a segurança dos presídios de Rio Branco e do interior do Estado.

Eu trabalhei na condição de chefe da Polícia Civil com o Dr. Monteiro por aproximadamente três anos e posso assegurar-lhe que trata-se de uma pessoa correta; homem de gestos simples, humilde, que sabe ouvir e, acima de tudo, posso testemunhar de suas qualidades no que diz respeito ao trato com a coisa pública. Portanto, não poderia me furtar a defendê-lo nesse momento em que essas situações são colocadas.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar, e o faço com a experiência que trago dos embates contra a violência em Rio Branco, é sobre o Sistema Penitenciário. A sua segurança é um dos pontos mais importantes, pois dela depende também a Segurança, especialmente, de Rio Branco. Então, eu concordo com as colocações expressivas do Deputado Luiz Calixto e me coloco à disposição para participar desse debate que acredito que deve ser feito, de forma legal. Mesmo um concurso simplificado, tem que estar dentro da legalidade. Isso tem que ser verificado e o próprio Deputado Moisés Diniz já se colocou à disposição para os esclarecimentos.

Em relação ao número de aprovados em Tarauacá, eu diria que Tarauacá é a terra da inteligência e da sabedoria, é a terra que já produziu Nabor Júnior, Presidente do PMDB; Deputado Luiz Calixto; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Rui Lino. É a terra de uma sociedade que discute politicamente, que trabalha, que estuda e que, acima de tudo, Deus abençoou, dando àquela juventude inteligência, sabedoria. E com certeza, Deputado Luiz Calixto, é a força daquela sociedade que faz com que qualquer concurso público que se faça no Acre, seja simplificado, seja definitivo, Tarauacá sempre se destaque.

Posso citar também alguns exemplos de pessoas que se destacaram na sociedade acreana: a Dra. Salete Maia, nas suas funções de promotora Pública de Tarauacá; o companheiro Chagas Freitas, que é até meu adversário político; o ex-Senador Nabor Júnior, que é uma expressão nacional, mesmo sem mandato; o Deputado Luiz Calixto, pela sua competência ao questionar aqui os atos, de fazer oposição ordenada, de forma tranqüila; o Deputado Helder Paiva, já detentor de quatro mandatos, saindo lá das barrancas do rio Tarauacá, pessoa que eu conheço e sei as condições em que viveu na sua infância, trabalhando, é hoje Deputado pelo quarto mandato.

Tarauacá é sempre assim. Deputado Luiz Calixto; sua juventude discute, é uma cidade politicamente consciente e tem uma juventude sábia, que estuda e eu tenho certeza de que aqueles que foram contemplados com a escolha neste concurso, vão honrar seu trabalho e com certeza vão dignificar a nossa amada Tarauacá.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ LUÍS** (Líder do PMN) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, recebi agora o convite para participar das discussões sobre a Reforma Política que começam hoje em Brasília.

Algumas medidas propostas no Projeto de Reforma Política, que começa a ser debatido são, além de discutíveis, insuficientes. O país que viu sua estrutura política e suas instituições partidárias arranhadas pela corrupção, não pode contentar-se com uma reforma que cria o financiamento público das campanhas e que estabelece votação por listas de candidatos.

Das medidas que se discutem, a única que efetivamente pode considerar-se eficaz para a moralização dos costumes políticos é a que define a fidelidade partidária. As demais não atendem ao objetivo de valorizar o sistema democrático, ampliar a representatividade e fechar o caminho para o mercado das siglas e a corrupção dos costumes políticos. O projeto ao invés de ser uma reforma abrangente, capaz de redirecionar o sistema partidário, está resultando em uma raquítica proposta, que não consegue consenso, nem tem a profundidade exigida.

É curioso, que diante de várias opções para a eleição parlamentar, a votação por listas tenha sido escolhida, sem levar ao debate para a sociedade o voto distrital, o voto distrital misto ou até a manutenção do atual sistema, todos eles são tão legítimos quanto o de listas. A crítica que se faz ao sistema de listas fechadas é que reduz o papel do eleitor, o qual fica restrito a homologar os nomes definidos pelos partidos, numa ordem pré-definida. Ao invés de favorecer o debate interno nos partidos, o sistema tende a concentrar o poder de decisão nos comandos. Ao invés de estimular a mudança, tende a imobilizar bancadas e partidos. Quanto ao financiamento público, pesquisas recentes indicaram que a população está majoritariamente contra. Nada indica que, instituído esse sistema, não haverá financiamentos privados irregulares, como ocorre hoje com os caixas 2 das campanhas, fonte de tanta corrupção. E como ficam questões como a reeleição, a duração dos mandatos, a existência de vices e de suplentes de senador, a coincidência de eleições, os mecanismos de funcionamento dos partidos, a cláusula de barreira, a disciplina das campanhas eleitorais e da propaganda partidária, af incluído o uso do tempo de TV e o papel da Justiça Eleitoral?

O país espera que, diante dessas questões e dos efeitos danosos para a sociedade do mau funcionamento do sistema político, o Congresso, ao debater o tema, não se restrinja a aspectos do problema, sem levar em conta a necessidade de uma mudança ampla e abrangente. Considerada por muitos como “a mãe de todas as reformas”, se ela ficar restrita aos aspectos hoje divulgados, certamente provocará decepção. De qualquer maneira, uma Reforma Política, por mais bem-intencionada e eficaz que seja, será apenas uma lei, não terá infelizmente a capacidade de mudar os comportamentos.

Obrigado!

(Sem revisão do orador)

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje o debate se acirrou cedo com referência ao concurso simplificado e quero aqui colocar a preocupação do que ocorreu lá no Purus.

Nós estivemos conversando com as pessoas que prestaram essa avaliação e elas disseram-me que o trabalho ocorreu de forma limpa, honesta. Não houve, lá em Sena Madureira, de minha parte ou da parte do Deputado Mazinho, nenhum espécie de lobby. Então, essa mostra a transferência do Governo na realização desse concurso simplificado.

Sabemos que era um concurso emergencial, porque estava terminando o período do contrato dos policiais voluntários e o Executivo precisava agrupar novas pessoas para fazer a segurança do presídio.

O Governo já anunciou para setembro a realização de um concurso definitivo e as pessoas que se sentiram prejudicadas, já entraram com recurso pedindo a revalidação de suas provas, identificados os erros, os membros foram corrigidos.

Com relação a pontuação de 54, 53, 52, 51 pontos, temos que ver o lado humano também, com certeza isso foi erro de digitação, porque sabemos que a pontuação só ia até 30 pontos: para primeiro item; 10 para o segundo e o terceiro 15 pontos.

Estamos colocando esses dados, porque eram três avaliadores, os quais faziam a entrevista, somavam a pontuação e tiravam a medida maior. Isso prova que entre três pessoas, fica muito difícil um colúio, para beneficiar grupo A ou B, haja vista que foram pessoas daqui de Rio Branco, para fazer essa avaliação em Sena. A Comandante da Polícia Militar também estava presente neste ato.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

## ORDEM DO DIA

(Não houve Matéria a ser apreciada).

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, eu entendo a preocupação do Líder do Governo, mas como não falei no Grande Expediente por estar ausente, pois estava concedendo uma entrevista, peço a V. Exa. que dê prosseguimento a Sessão.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, queria primeiramente parabenizar a nossa querida Deputada Antonia Sales pela passagem do seu aniversário. Que Deus te dê muitas felicidades, muita saúde, harmonia com sua família e que possamos compartilhar de grandes momentos nesta Casa.

Parabenizo também o Deputado Moisés Diniz, nosso novo Líder do Governo e desejo toda a sorte do mundo a V. Exa. O nobre Colega pode contar comigo, com a bancada do PT e todos os Deputados de base do Governo, para ajudá-lo nessa missão, que é uma tarefa maravilhosa, bonita, grandiosa, que faz muito bem para nosso currículo.

Senhor Presidente, eu queria falar um pouquinho sobre essa questão de concurso e eu acho que não devemos colocá-la do jeito que esta sendo abordada aqui. Não acho que as pessoas de Tarauacá, de Cruzeiro do Sul ou de Rio Branco sejam burras. Eu acho que essa não é a discussão, inclusive essa discussão é extremamente pequena para um Parlamento; é uma discussão pequena para nós mulheres e homens que somos representantes do povo. Isso é muito ruim, até porque se você fizer um parâmetro de estudo dentro do nosso Estado, nós estamos muito equivalentes nessa questão. Então, para mim essa não é a discussão.

O ponto principal é que nós tivemos um problema com o concurso simplificado, para policiais provisórios que deveriam exercer um tipo de trabalho e foram designados para outro. Um exemplo: Esses profissionais não podiam ir para a penitenciária, mas foram para lá. Isso é um grande problema para todo mundo. Meninos e meninas, sem formação nenhuma tendo que trabalhar no presídio. A base do Governo, Deputada Idalina, disse que não aceitaria mais esse tipo de contrato. Só que teve um problema, pois como não poderia mais prorrogar esse concurso e o presídio não poderia ficar sem segurança, a única alternativa foi fazer um concurso simplificado com entrevista e avaliação de currículo.

Deputado Luiz Calixto, V. Exa. está correto se tiver ocorrido problema na nota, porque se a pontuação era 30 e alguém teve 35, algo está errado. Mas o Deputado Moisés Diniz, Líder do Governo, vem com uma nova forma de fazer esse trabalho aqui na Assembléia, que é de não esconder nada e é o que sempre sonhamos.

Se existe problema, a equipe do Governo, os Secretário, Dr. Flora e Dr. Clóvis têm que ver onde ocorreu o erro. Mas não podemos aqui, nivelar por baixo uma discussão extremamente importante, de que as pessoas de um município são mais importantes, ou mais inteligentes que de outros. Esse é o grande problema.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputada Naluh, obrigado pela concessão do aparte. Realmente, o que é de se estranhar é a banalização que alguns Deputados quiseram fazer com relação ao fato que eu trouxe a esta tribuna. Os Deputados que me antecederam, em tom de brincadeira, ficaram alegando que em Tarauacá as pessoas são mais inteligentes. Eu não estou discutindo isso. O fato que eu trago, Deputada, é que mais da metade dos candidatos de Tarauacá tiraram nota máxima na avaliação da entrevista, que é um critério extremamente subjetivo. Ao passo que em Rio Branco apenas 9% tiraram nota máxima. O que nós temos que julgar são esses percentuais e não se as pessoas de Rio Branco são inteligentes ou burras; em Cruzeiro do Sul da mesma forma. Vi um outro Parlamentar dizer que poderia ser um erro de digitação. Os dados que eu trago estão no documento mais importante que o Estado tem, que é o Diário Oficial. Isso aqui não é um papelote qualquer. Isso aqui tem validade. É o Diário oficial do Estado de número 9569, publicado nesta quarta-feira. E aí somos obrigados a ouvir essas coisas, porque aqui é uma Casa democrática. Ora, reconhecer que isso não foi um concurso é um gesto de grandeza. É mais decente do que ficar tentando justificar o que não tem justificativa. Às vezes, eu não questiono o posicionamento de ninguém, quem quiser vir a essa tribuna dizer que a entrevista não valia trinta pontos, como estava previsto no Edital, e sim cinquenta e quatro, que faça. É um direito e vou apenas respeitar, agora não venha com pilherias, pois o Edital do concurso foi publicado no Diário Oficial do Edital, onde diz que setenta pontos equivalerão a titulação; a entrevista, trinta pontos. Então, ninguém pode tirar trinta e um pontos na titulação, porque são mais de setenta. Muito menos alguém tirar trinta e um pontos na entrevista, porque ela só vale trinta.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Incorporo o aparte do Deputado Luiz Calixto ao meu pronunciamento e concedo outro ao Deputado Moisés Diniz.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo – EM APARTE) – Obrigado nobre Deputada, eu só acho que poderíamos, hoje, ter discutido temas mais importantes para o nosso povo. Se o nosso Líder da Oposição tivesse concordado com uma proposta inédita no Acre, pois pela primeira vez o Governo convidou a Oposição para participar da seleção desses candidatos, não estaríamos aqui fazendo esse debate. Porém, diante dessa denúncia, nós já acertamos com o Governo, com a anuência dos Deputados, a vinda da equipe que trabalhou nesse concurso, para prestar as informações técnicas e se ficar comprovado que houve erro, será corrigido. Agora não dá para fazer esse discurso de que é quadrilha. O tempo da quadrilha passou. Obrigado, Deputada Naluh Gouveia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Obrigada Deputado Moisés Diniz. Fazer uma crítica é pertinente, mas dizer que é uma quadrilha, é inadmissível. Esse tempo acabou no Estado. Em 86 tínhamos 14 mil servidores no Acre, hoje são quase 20 mil sem concurso público. Desculpe-me, mas o PT não estava no governo nessa época. São quarenta e poucos servidores no Legislativo e cinquenta e seis no Judiciário. E não foi feito nada com esta quadrilha, porque são quase quinze mil servidores irregulares neste Estado, e o PT não fazia parte do Governo. Então, eu acho que o termo quadrilha é extremamente forte.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, primeiramente eu gostaria de agradecer a atitude da Mesa Diretora de ter contribuído para que esse dia seja mais feliz, pois há muito tempo eu não recebia flores. Quero aqui agradecer a atitude, a gentileza do Deputado Edvaldo Magalhães que preside esta Casa. Agradeço a todos por serem meus amigos, por estarmos trabalhando para engrandecer o nosso Estado.

Também quero aqui dar boas-vindas às pessoas que se encontram no Salão do Povo, em especial ao indígenista Sinalval, lá do Jordão.

Esse tema é pertinente e o PT não pode pecar sobre os princípios que ele pregou: de ter e praticar a moralidade, a transparência e a legalidade dos seus atos. Contra provas não há argumentos. Se a denúncia trazida pelo Deputado Luiz Calixto está no Diário Oficial, então o que devemos fazer é reconhecer o erro. Eu acredito que o Governador Binho, apesar de não conhecê-lo na intimidade, inspira confiança, pela simplicidade, humildade. E gostaria que aqui viesse mais vezes, para que possamos conhecê-lo melhor e saber suas propostas.

Eu acredito que ele não compartilha com o que aconteceu nesse concurso. Os números provam que houve erro na relação. Eu estou aqui para ajudar e mesmo sendo Oposição, desejo que o Governo do Binho dê certo, para o bem do nosso povo.

Tenho meus filhos estudando fora e quero ter a certeza de que quando forem fazer essas provas, o processo seja transparente. Que esses concursos não tenham direcionamento, favorecimento, que os jurados sejam pessoas íntegas.

Eu acredito no trabalho e na humildade do Líder do Governo, Deputado Moisés Diniz, que vai trazer aqui as pessoas que ministraram essa prova, para que venham justificar como é que numa entrevista pessoal, valendo trinta pontos, alguns candidatos tiraram 54; 55; 54,5; se não existe esta pontuação? A população de Rio Branco é muito maior do que a de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Sena Madureira. E aqui só 9% alcançaram os 30 pontos e lá em Cruzeiro do Sul 79%, em Sena Madureira 47%. Então, existe alguma coisa errada, porque aqui tem mais candidatos.

E no mais eu quero dizer, Senhor Presidente, que sempre me posicionei contra esses concursos para voluntários. Não existe voluntário, ninguém gosta de trabalhar sem ganhar nada, com a promessa de que depois vai ficar no setor. Para evitar essas situações, o Estado tem que saber o número exato de pessoas a serem contratadas, para que possa abrir um concurso permanente. Porque o concurso simplificado em nada beneficia esses candidatos, esses jovens que estão saindo de uma universidade à procura de um emprego, para ver se conseguem sua independência financeira, ou ajudar seus pais.

É difícil para essas pessoas, mesmo sabendo que estão fazendo um concurso temporário, que depois de dois anos estarão desempregadas. Muitos não podem, sequer, tirar um empréstimo, porque com dois anos vão estar fora. Ao passo que num concurso definitivo, as pessoas ficam tranquilas, trabalham melhor. Ninguém pode planejar sua vida quando entra num trabalho em caráter provisório. Eu, pessoalmente, sou contra e a população deveria se manifestar contra essa prática de fazer concurso provisório, porque é uma maneira de fugir a responsabilidade trabalhista.

Eu conheço pessoas em Cruzeiro do Sul que trabalham de maneira voluntária na vigilância do hospital desde julho do ano passado. A promessa é que iam ficar fixos, mas até agora eles estão sem ganhar nenhum centavo. Eles esperam que um dia possam pertencer ao quadro permanente do hospital. Não podemos cometer esses abusos, aproveitar da boa vontade humana, só porque somos governo. O povo precisa de respeito, as pessoas, mesmo as que têm o coração grande, merecem respeito e se trabalham é para ganhar o seu dinheiro todo mês.

Senhor Presidente, estamos preocupados com este momento que vive em que a nossa sociedade está de olho na Reforma Política. Eu, particularmente, sou contra a lista fechada, porque eu seria beneficiada pelo fato de já estar no segundo mandato e ter sido a mais votada do meu partido. Se essa lista fechada passar, eu ficaria em primeiro lugar no meu partido e acho injusto, porque no regime democrático tem que ser igual para todos. Sejam aqueles que tem cinco, dez mil votos, ou aqueles que angariam votos pela primeira vez. O povo é quem decide. Eu acho completamente errado. Nós estamos voltando ao caciquismo. Se nós queremos um regime democrático, que seja para valer. Nós temos que cortar esse pensamento.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT – EM APARTE) – Deputada Antonia Sales, é um prazer fazer um aparte ao seu pronunciamento. Essa questão da lista é preocupante, ela nos deixa angustiados; pois como é que vai haver renovação política? Como a direção dos partidos vai se comportar? Com certeza o caciquismo vai se proliferar.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, quero dizer que, realmente, preocupa-me essa reforma e sou contra, porque gosto do que é justo. Que a eleição seja como é hoje, de maneira democrática.  
(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, sempre quando uma denúncia atinge o seu objetivo, de forma muito competente e inteligente, alguém tenta desviar o foco da discussão.

Não foi dito aqui Deputados Taumaturgo Lima, Moisés Diniz e Naluh Gouveia que se tratava de uma quadrilha e nós da Oposição, não somos herdeiros políticos dela. Inclusive, até estranha-me que um dos chefes da quadrilha, a qual o PT refere é que administrou esse Estado no passado, tenha sido tão bem recepcionado dentro da Frente Popular, deram-lhe até o cargo de vice-Governador. Portanto, não ofendam os seus aliados.

Ora, quem era o homem forte da administração do Orleir, que o PT chamava de quadrilha? Era o ex-Deputado César Messias. Onde está o ex-Deputado César Messias, agora? Como vice-Governador da Frente Popular. Eu tenho uma boa amizade com o vice-Governador e comunicarei a ele, que se vocês não quiserem, eu farei uma nota de desagravo, porque aqui o agridem muito. Quando se referem a quadrilha do Orleir, tenho que dizer que ele é o cabo eleitoral número um do PT lá em Cruzeiro do Sul. O César Messias é vice-Governador e o Bestene é o chefe do DEAS, portanto, ai está a quadrilha, tão falada pelo PT.

Senhores, essa questão é muito grave e não pode se reduzir a pilhéria como alguns Deputados aqui quiseram fazer, dizendo que era um erro de digitação e que pessoas de municípios A, B ou C eram mais inteligentes do que de outros.

Este é um caso evidente e claro de manipulação. Como se justifica, Deputado Ney Amorim, que quase 80% dos candidatos aprovados em Cruzeiro do Sul tiraram a nota máxima na entrevista, ao passo que em Rio Branco esse percentual é de 9%? Só faltou aqui o meu estimado e competente Deputado Gilberto Diniz, fazer o oposto do que fez o Deputado Walter Prado, que disse ao Monteiro: “Não, Tarauacá é inteligente”. Só faltou o Deputado Diniz dizer que as pessoas de Sena Madureira eram desprovidas de inteligência. Vejam a que ponto alguém pode se rebaixar para fazer uma defesa. O mais correto foi o Deputado Moisés Diniz que nas entrelinhas disse que se dispõe a resolver o problema, a conversar. Porém, vamos continuar lutando, pois a única forma de resolver esse problema é cancelando o concurso, dando fim a essa pouca vergonha.

Meus amigos, com toda tranquilidade, com toda seriedade, como é que alguém pode fazer cinquenta e quatro pontos numa entrevista ou cinquenta e cinco pontos e meio, quando ela só vale trinta? Raciocinem sobre isso; defendam, mas com responsabilidade.

Deputado Gilberto Diniz, tenho o maior apreço por V. Exa., que é muito simpático, mas me entristece ouvir o nobre Deputado dizer que pode ser um erro de digitação. Senhores Deputados, estamos falando do Diário Oficial do Estado. Os atos do Estado só têm validade após publicação desse instrumento, o que não significa que sejam legítimos, para cumprir o princípio da publicidade.

Portanto, a discussão é sobre o fato de estarmos diante de um caso de fraude, manipulação e direcionamento. Qualquer pessoa ficaria abismada com esses números. Como é que uma banca examinadora concede a nota máxima, quase oitenta por cento para uns candidatos em uma localidade e num outro local, apenas nove por cento atingem a nota máxima? E pior ainda, em determinado local, três candidatos obtiveram nota acima da nota máxima. Então, nobres Deputados, estamos diante de um caso grave de fraude. Graças a Deus nós estamos no início do mandato. Não vamos nos contentar com respostas mal dadas, pois agora vão querer justificar o erro e dizer que a Oposição é que está manipulando. Nós estamos questionando este concurso desde o seu início.

Quero dizer ao Deputado Moisés Diniz com toda a fraternidade, com todo o apreço que nós da Oposição, não fomos convidados para participar de Comissão nenhuma. E se tivéssemos sido convidados não iríamos, porque a função do Deputado não é avaliar currículos, o que dá margem a dúvidas e põe em cheque a credibilidade do concurso. Imagine se lá estivesse o Deputado Tarcísio Medeiros avaliando currículos e um sobrinho seu fosse aprovado, alguém neste mundo diria que ele teria passado por competência, por seus próprios méritos?

Por falar em indicação, o repórter Jorge Said não sei com qual interesse, perguntou ao Deputado Moisés Diniz se ele resolveria o problema das nomeações dos seus liderados. O Deputado Moisés respondeu com muita competência que a questão não é essa, porém todos os dias recebo dezenas de pessoas atrás de um emprego.

Por exemplo, se eu participar de uma banca examinadora, os candidatos que ficarem reprovados vão achar que foi por minha causa; da mesma forma os que passaram, vão achar que foi por minha causa também. Portanto, esse não é o papel de um Deputado, mas da instituição de educação, da banca examinadora que deve ser isenta.

Nós questionamos aqui o edital. A Deputada Idalina também fez isso há pouco tempo. Questionamos a indicação do Deputado Moisés Diniz para participar como representante da Assembléia e tudo isso foi feito aqui às claras. O Deputado Edvaldo Magalhães, inclusive, chegou a ficar descontente comigo por esta razão, mas nada foi feito nos bastidores. Esse é um caso comprovado de manipulação, de direcionamento e que merece a atenção de

todos. Pena que quando alguém da Oposição faz uma denúncia, a primeira intenção, o primeiro movimento é tentar desclassificar o denunciante. Aqui estão quatro colunas que eu já decorei de cor e salteado. Tem a TA – títulos apresentados, que o concorrente apresentou no momento da sua inscrição; o TC – títulos comprovados, aqueles que foram referendados pela comissão e o NE – que é a nota da entrevista. Somando TC + NE, resultaria a última coluna que é a nota final, a NF.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, é importante o papel de Líder de Oposição, porque a maioria dos Deputados da Oposição, já havia decidido consensualmente que este debate estava superado e que nós tiraríamos as divergências técnicas na Comissão de Serviço Público. Mas parece, jornalista Luiz Carlos que o Deputado Luiz Calixto colocou mel nesse assunto.

Num ato de grandeza o Governo propôs à Oposição, que a Assembléia acompanhasse o concurso simplificado por dois motivos básicos: primeiro, porque esse tipo de concurso é muito subjetivo e segundo, por acreditar na credibilidade da Assembléia Legislativa do Acre. Infelizmente, assusto-me quando o nobre colega diz que os Deputados não dariam credibilidade à avaliação. Que pelo contrário tirariam a credibilidade, Deputada Naluh. É bom que se rememore: o Governo convidou a Oposição. Eu, pessoalmente, fiz o debate público com o Deputado Luiz Calixto. Ele sabe disso. Está registrado nos jornais. Depois, vendo a denúncia do Deputado Luiz Calixto, de que entre 3.475 inscritos havia três casos de irregularidades, mesmo longe de 1%, nós decidimos trazer a equipe do Departamento de Administração Penitenciária, para explicar tecnicamente a possibilidade de ter havido algum problema. Mas mesmo assim, o nobre Deputado politiza o problema, quando nós estamos dizendo que não tem política no problema.

Alguns dias atrás, partindo inclusive de um pedido da Deputada Idalina, em um discurso severo, contra o concurso simplificado, que todos nós fomos contra, reunimos a base do Governo e decidimos que não aceitaríamos mais esse tipo de seleção, porém a Base errou em não comunicar rapidamente à Oposição esse posicionamento.

O concurso permanente para agentes penitenciários foi marcado para setembro. Esses jovens que passaram no concurso simplificado vão ficar, talvez, muitos menos que um ano.

Nesse concurso tem sim subjetividade e muitas vezes, um concurso realizado em Curitiba pode ser considerado melhor que um para área da Segurança realizado em Rondônia. Então, para vencer a subjetividade nós colocamos o maior número possível de examinadores na banca, porque acreditamos que os Deputados do Acre sejam íntegros. Os de Oposição também, dariam credibilidade; retirariam a subjetividade do concurso, mas o nobre Deputado politiza.

Nós vamos trazer o Departamento responsável pelo concurso aqui, para expor as explicações técnicas necessárias, de forma aberta, porque esta foi a orientação do Governador Binho Marques, quando me convidou para ser Líder do Governo. Queremos um Governo transparente, aberto, que quer ouvir as críticas, para avançar, para amadurecer. No entanto Deputada Naluh, não podemos olhar para o Governador Binho Marques, com aquela sua simplicidade, sua história, seu jeito honesto de viver e dizer que no seu Governo se fez uma grande maracutaia. Eu acho que esse debate não ajuda o Acre.

A Deputada Idalina abordou aqui os problemas concretos da Saúde no Juruá, compreendendo que nós estamos numa fase transição. Estamos transformando um hospital de trinta anos, literalmente abandonado, o Deputado Taumaturgo sabe disso, num grande hospital, moderno, terceirizado, gerenciado pela Igreja.

Os recursos gastos para levar trinta toneladas de remédios para Cruzeiro do Sul, dariam para levar quarenta toneladas dos mesmos remédios para Sena Madureira, ou transformaria em cinquenta toneladas para Rio Branco, onde não haveria gastos com transportes.

É difícil promover Saúde no Juruá, pois no inverno, medicamentos e equipamentos têm que ser levados para lá de avião. Mas mesmo com essas dificuldades de transição, nós estamos propondo, discutir com a Comissão de Saúde e representantes do Governo, Deputada Naluh, os problemas in loco. A Deputada Idalina também participará.

Muitas vezes, existem problemas em áreas distintas como a da produção e do transporte, que o Governador não sabe. Às vezes, nem o Secretário de Estado sabe. É isso que o Governador Binho está pedindo: que o ajudemos.

Quando abrimos os braços e estendermos as mãos, nós sentimos como se estivéssemos saindo de uma porta de cadeia. Como se fôssemos membro de quadrilhas. Mas debates de quadrilha não ajudam o Acre, porque todos sujam as mãos.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB - EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, quero parabenizá-lo pela disposição e a rapidez com que V. Exa. faz aqui a defesa do Governador Binho, que é uma pessoa humilde, cujo Governo está voltado principalmente, para o atendimento das populações do interior. Quanto aos questionamentos levantados aqui, não defendi, da tribuna, porque a defesa havia sido feita, quando houve o compromisso de trazer a equipe responsável pelo concurso para que prestem todos os esclarecimentos; além disso, nada mais pode ser feito. Quando eu me referi ao índice de aprovados em Tarauacá é porque realmente lá é uma cidade onde a população

discute os fatos politicamente. A juventude se envolve e é uma população que estuda. Portanto, não vejo nenhuma ilegalidade no índice de aprovação entre os candidatos daquele município. E os fatos que foram alegados aqui como ilegalidade, já estão sendo colocado à disposição. Inclusive, com o debate com o pessoal do concurso e eu quero participar dessa discussão. Acrescido de que a Segurança Pública é uma coisa séria e não podemos esperar seis, oito meses para levar segurança ao Sistema Penitenciário. Tenho 14 anos de experiência em Segurança Pública e por isso posso falar com certeza que o mais importante é cuidar de lá, porque lá é que está o perigo. E eu acho que nesse momento o Estado avança para dar segurança à sociedade e aqueles que agem contra a lei podem praticar ações que às vezes o próprio Estado poderá ser responsabilizado. A Oposição precisa entender que Segurança é emergencial. Essa é a versão que tem que ser passada aqui; o foco da necessidade urgentíssima do Estado. Tem que colocar pessoas no Sistema Penitenciário para garantir segurança para a sociedade. Agradeço pelo aparte e parabênizos-lhe pela forma democrática como V. Exa. tem se conduzido aqui. Não apenas pelas defesas, mas de fazer com que todos nós participemos e discutamos com aqueles que fizeram o concurso.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Reafirmando essa posição da Deputada Antonia Sales, vamos ouvir o Departamento e se tiver problema, teremos que corrigir. Eu acredito que o concurso simplificado é subjetivo.

Eu queria, em nome do Deputado Luiz Calixto, pedir desculpas ao Deputado Gilberto Diniz, por eu ter brincado com ele. Eu não estou afirmando que houve erro de digitação, mas pode ter acontecido e o Deputado questionou isso e o assunto foi levado na gozação.

Eu acho que o Parlamento não é para isso. É um espaço de respeitar, inclusive, os companheiros que estão chegando, que têm muito a contribuir com o Poder e com as pessoas experientes. Vejam a Deputada Antônia Sales que chegou aqui no primeiro mandato: “Ah, essa meninazinha que veio lá do Peru e virou brasileira, porque casou com o Vagner”. Ouviram o discurso que proferiu? Um espetáculo.

Então, eu acho que precisamos debater de forma ampla e clara esse assunto que tomou toda sessão de hoje.

É propósito do Governador Binho Marques dialogar com a população e isso pode ser considerado recuo político ou medo. Nós sabemos fazer o debate também de outra forma, mas essa é uma concepção de Governo: de dialogar com a sociedade, com a Oposição e de fazer deste Estado, cada vez mais, um bom lugar para se viver.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvintes no Salão do Povo, Imprensa, quero falar a respeito do pronunciamento da Deputada Naluh Gouveia que disse que eu tinha me referido a equipe do governo como quadrilha. Eu não falei essa palavra em meu discurso.

Com relação ao concurso para agente penitenciário, há dez anos, nós estamos batendo nessa mesma tecla, pois não podemos chamar essa seleção de concurso. Eu chamo de currículo separado. Mas temos maneiras de reparar esse erro; se os governos passados erraram, não é possível que o atual não tenha aprendido, pois esse tipo de seleção exclui um companheiro ou uma companheira que tem uma qualificação muito melhor.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT - EM APARTE) – Deputado Chagas Romão, só a título de informação, a Lei provisória datada de 1998, ano em que o Governador era Orleir Cameli. Portanto, de 1998 para trás não havia esse negócio de concurso simplificado. Isso aqui não é uma defesa dos governos anteriores, é para se fazer justiça. Contrato simplificado só houve no final do Governo Orleir Cameli. Em 1999 o ex-Governador Jorge Viana, quase futuro ministro dos transportes, assumiu a administração do Estado, e a partir daí é que se deu a prática dos concursos provisórios; nessa época eu não era Deputado.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Incorporo o aparte do Deputado Luiz Calixto ao meu discurso. Eu quero dizer que só existe uma maneira: é acabar com os currículos separados, dar oportunidade a quem tem direito e competência a quem estudou a noite toda para conseguir uma boa classificação, sem apadrinhamento, pois muitas vezes essas pessoas são injustiçadas por um descuido, eu não sei, mas alguma coisa acontece. Portanto, o que nós queremos é um concurso efetivo, pois todos os dias eu recebo pessoas aqui dizendo que passaram num concurso efetivo e nunca foram chamadas. Então, nós temos que corrigir essas distorções que acontecem em algumas Secretarias do Governo, é por isso que eu sou contra essas seleções de currículos, porque fazem separações.

Quero dizer que nunca serei a favor de uma classificação desta, mas a favor do concurso efetivo e que seja feito por uma firma competente, técnica, que tenha know how, e credibilidade.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu não queria mais falar a respeito desse assunto porque o Líder do Governo já esclareceu de forma competente, tudo o que ocorreu a respeito dessa seleção simplificada para agente penitenciário, mas o Deputado Chagas Romão, coloca que quer concurso

efetivo, o que todos nós também queremos. Porém, a Constituição Federal criou um dispositivo, que permite que a administração pública contrate servidores provisórios para atender a demanda.

Eu quero fazer uma pergunta ao Deputado Chagas Romão: Com todo o respeito que tenho a V. Exa. pela sua trajetória política; se V. Exa. estivesse diante de uma situação, em que devesse primar pela segurança pública da sociedade acreana, o que o Senhor faria? Não dá tempo de realizar um concurso efetivo, pois a programação é para setembro, então o Senhor deixaria a penitenciária sem os agentes? Isto já foi esclarecido aqui.

Deputado Luiz Calixto, eu acho que o debate aqui nesta Assembléia Legislativa está no campo das idéias, de defesa dos interesses do povo acreano e dos brasileiros. E o nome quadrilha não pode ser usado na Assembléia Legislativa, porque todos nós aqui respeitamos e acreditamos nos nossos colegas. V. Exa. se referiu ao ex-Governador, Orleir Cameli, ao vice-Governador, César Messias, e também ao nosso ex-colega José Bestene, de maneira grosseira. Então, eu acho que nós temos que ter muito cuidado ao colocar certos assuntos aqui na tribuna. Inclusive, eu desafio qualquer colega aqui dentro desta Assembléia Legislativa que vá lá na taquigrafia Deputado Luiz Calixto, e encontre qualquer pronunciamento meu, como Líder do PT, Deputado Walter Prado, ou como um simples Deputado, usando com qualquer autoridade ou cidadão nomes pejorativos. Nunca acusei ninguém. E o ex-Deputado César Messias, hoje, se encontra na Frente Popular. Portanto, eu o defendo com muita tranquilidade. Porque no dia que eu tiver de acusar, eu o farei, Deputada Idalina. E se o ex-Governador Orleir Cameli tem algum problema, a Justiça irá resolver, não eu.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB – EM APARTE) – Deputado Taumaturgo Lima, obrigado pelo aparte. Eu quero dizer que se eu fizesse parte do atual Governo, já teria tentado resolver há muito tempo esse problema da Segurança, que está há 10 anos sem um concurso público. Agora o Estado realiza um concurso de titulação, só que as pessoas que prestaram esse concurso daqui a dois anos terão que fazer outro, portanto, essa medida não soluciona o problema. É preciso que o Governador realize concursos permanentes para dar oportunidade àqueles que se qualificam e que merecem um cargo.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Eu incorporo o seu aparte ao meu discurso.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Taumaturgo Lima, quando eu digo que sou contra concurso provisório, principalmente para agente penitenciário, é porque eu tenho conhecimento de causa. Eu trabalhei dez anos como voluntária no Conselho Penitenciário. Todo trabalho social realizado na Penitenciária de Cruzeiro do Sul foi feito pela Pastoral Carcerária, com poucos recursos do Governo. Sou bem honesta em confessar. Essa situação de concurso provisório, não funciona! E como o Deputado Chagas Romão falou, aqui, é um problema que já vem se arrastando há muito tempo. Pelo o que eu me recordo, o Governador fez um concurso para agente penitenciário e as pessoas aprovadas nunca foram nomeadas. E aí continuou o círculo vicioso: a cada ano um concurso provisório. É uma imoralidade! Sou contra concurso provisório para qualquer setor do Estado, porque subjugam as pessoas: “Você faz o que eu quero, ou então na próxima não entra”.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Eu incorporo o aparte da Deputada Idalina Onofre e concedo outro aparte ao Deputado Walter Prado.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB – EM APARTE) – O Estado está fazendo esse concurso de forma simplificada em virtude da necessidade, porque venceu o prazo. Não podemos continuar cometendo irregularidades num concurso público, principalmente na área de Segurança Pública, que requer não só as provas, mas as aulas práticas. Mesmo que o Governador determinasse agora, a abertura de um concurso, esse concursado só estaria pronto para servir, depois que fossem ministradas aulas na Escola da Polícia. Então, ele teria que passar seis meses na academia. Inclusive, sobre aquele pessoal que passou anteriormente, eu louvo os administradores que fizeram essa escolha, porque eles deram um percentual maior para aquelas pessoas que já passaram pela escola que existe aqui no Acre e que agora estão com os contratos vencidos. Portanto, todos nós aqui na Assembléia Legislativa defendemos, Deputado Taumaturgo Lima, a necessidade de um concurso permanente para Segurança Pública, que além das provas tem o curso preparatório que demora no máximo, 90 dias. O Governador não tinha outra alternativa e nem a Assembléia Legislativa, a não ser fazer da forma como foi feito.

Com relação as questões que foram levantadas aqui, se houve irregularidade, nós vamos corrigir com o próprio pessoal da administração. Sendo assim, eu não vejo nada ilegal, devido a necessidade, que é garantir a segurança no sistema penitenciário do Estado, tanto aqui como em Cruzeiro do Sul, Tarauacá e demais municípios.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Eu incorporo o aparte de V. Exa. ao meu discurso. Quero concluir, Senhor Presidente, dizendo que todos nós temos o desejo de que não haja concurso simplificado,

contratação provisória. Não é prática do Governo da Frente Popular querer prejudicar alguém. É tanto que foi citado aqui pela Deputada Naluh Gouveia, que quando nós recebemos a administração do Estado do Acre, tínhamos onze mil servidores e eles estão aí sendo amparados por este Governo.

Portanto, o Governo da Frente Popular tem trabalhado e se esforçado para evitar contratações provisórias. E está realizando concursos efetivos nas Polícias Civil e Militar, na Secretaria da Fazenda e para gestores públicos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, talvez o Deputado Walter Prado pense que nós não entendemos muito de concurso simplificado. Mas acredito que seja para atender uma situação de emergência. O Governo da Frente Popular está há oito anos no Poder e foi feito um concurso, prorrogável por um ano e ainda não deu para fazer o concurso permanente. Agora já não dá mais para prorrogar, então, resolveu fazer o concurso simplificado, que eu não sou contra. Acho até que esse Governo ainda está acertando, porque os concursos passados foram feitos em véspera de eleições, que é mais perigoso ainda. Agora não estamos tão próximos, pois a eleição será ano que vem.

Então, é tempo de nós, nesta Casa, trabalharmos para que esse processo de seleção de agentes penitenciários seja sério.

Concordo plenamente que essas pessoas que já estão atuando há três, quatro anos, têm mais condições de ser aprovados que um leigo que venha fazer o concurso, porque já têm a experiência. E nós queremos que isso aconteça. No entanto, não podemos admitir que haja cartas marcadas.

Parabenizo a Deputada Idalina pelo seu pronunciamento, quando sugeriu que o Governo enviasse para este Poder um projeto de concurso permanente. Isso seria o ideal.

Vou conceder um aparte à Deputada Antonia Sales, mas antes, quero, em nome do nosso partido, o PPS, parabenizá-la e dizer que V. Exa. só engrandece esse Parlamento. Veio de outro país, se casou com um companheiro nosso e tem contribuído também para o engrandecimento do glorioso PMDB. Isso nos orgulha muito, pois já fizemos parte dessa família e continuamos a admirá-la, principalmente por pessoas como a Senhora, que fazem parte, também da Oposição.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB – EM APARTE) – Obrigada Deputado Tarcísio, pelas palavras gentis. Esse tema que gerou essa celeuma toda, precisa ser melhor debatido. Inclusive eu fiquei feliz ao ouvir o Deputado Taumaturgo dizer que o Governo tem intenções de acabar com esse concurso simplificado e que pretende realizar um efetivo. Eu vou apresentar um projeto de lei, contrapondo o que foi aprovado em 1998, no Governo Orleir Cameli, que autoriza o concurso simplificado e de antemão eu já peço o apoio de todos os nobres Pares. Quero que esse tipo de seleção seja extinta completamente e que haja mais transparência, mais legalidade nos concursos que serão realizados daqui para frente. Como o PT sempre defendeu a transparência, a legalidade dos atos públicos, eu acredito que não haverá nenhum obstáculo a esse projeto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Tarcísio, aqui cabe usar aquele velho e surrado ditado: “Uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa”. Todos nós nos posicionamos contra a contratação provisória e os governistas alegam que é para resolver uma situação de emergência. Porém essa emergência tem se prorrogado por oito anos, indo para o nono. Dá para pensar que esse Governo vive em estado de emergência. Mas o centro do debate não é esse e sim a fraude do concurso. Não vamos deixar que esse caráter emergencial da contratação suplante a fraude. O Deputado Chagas Romão produziu nesse debate, talvez a melhor frase que representa tudo isso: que não é concurso simplificado, é um concurso de separação de currículos com influência política. Por exemplo: este é o teu, este é o teu. Estou apenas repetindo as palavras dele. Não vamos nos desviar das fraudes da simulação. O Diário Oficial hoje publicou os nomes de três candidatos que tiraram nota superior ao que efetivamente valia a etapa. Nesse caso, aplica-se o jargão: três maçãs podres, vão apodrecer a caixa toda. Oitenta por cento dos candidatos de um município, coincidentemente na terra do vice-Governador, tiram a nota máxima na entrevista, ao passo que aqui em Rio Branco apenas 9%. Isso não pode ser mascarado. Uma coisa é a emergência do concurso, outra coisa é a fraude e não podemos minimizar a gravidade dessa denúncia como alguns quiseram, dizendo que isso foi erro de digitação. Não é. É fraude mesmo. Imaginar que em Sena Madureira as pessoas não são muito boas de entrevista e os candidatos de Cruzeiro do Sul são, aponta para a fraude e nós não podemos nos desviar deste caminho.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS – EM APARTE) – Eu queria apenas reiterar minha opinião sobre essa Lei Complementar de 1998, que permite a realização de concursos simplificados: eu sou contra e concordo com o Deputado Calixto; nós precisamos cancelar essa classificação que houve e pedir que esse processo de seleção seja mais transparente. Algo que seja aceito até que haja um concurso permanente e que este não seja realizado somente em setembro e sim o mais rápido possível. Não podemos também nos ater apenas com relação aos agentes penitenciários, pois estamos com problemas também com relação à Segurança, que de acordo com o levantamento feito, precisa de mais de dois mil postos efetivos, para chegar a um quadro que o Estado já teve. Sem contar o crescimento que já ocorreu no

nosso Estado. Na Segurança também tem policiais contratados provisoriamente. Então, é necessário que se realize um concurso permanente, com transparência, que tenha credibilidade e por um órgão sério.

Deputado **JOSÉ LUÍS** (Líder do PMN – EM APARTE) – Deputado Tarcísio, V. Exa. é sempre democrático. Eu estou ouvindo atentamente os pronunciamentos e primeiro quero discordar da Deputada Antonia Sales, na questão de votar uma PEC para acabar com os concursos simplificados. Esse processo pode ser a solução em alguns casos. Por exemplo: se precisarmos atender a uma necessidade emergencial de um médico no Juruá, até que se faça um concurso, vai gerar um grande problema, uma grande crise. A segunda questão é a do Deputado Chagas Romão, que é uma pessoa que eu admiro, um Deputado atuante e que demonstra uma grande fidelidade partidária, mas falar de concurso por separação de currículos, chega a doer em meu coração. Eu até acredito que exista esse fato, no entanto, eu nunca separei nenhum currículo e desafio alguém a analisar essa relação de aprovados e ver se tem alguém indicado ou separado por mim. Certas questões têm que ser tratadas de maneira séria, porque eu não faço parte dessas ações, não comungo disso. Eu acho que esse concurso tem problemas. O Líder do Governo já informou que virá aqui uma equipe para tentar resolver esse problema. E eu acredito que aí sim, devemos nos manifestar, como disse o Deputado Luiz Calixto e vamos corrigindo algumas deficiências. Essa é a maneira mais fácil que temos de resolver esse empasse, pois passamos a manhã toda debatendo sobre esse concurso, quando temos coisas importantes, como a Reforma Política para discutir. Estamos deixando passar sem que opinemos sobre o assunto.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo – EM APARTE) – Nesses 30 segundos quero apenas parabenizar o Deputado Tarcísio pela sua estréia aqui na tribuna de forma grandiosa, pois praticamente concedeu aparte a todos os colegas. Acho que o vosso retorno engrandece o Parlamento acreano. Eu tive o prazer de aprender com V. Exa. em quatro anos que esteve conosco. V. Exa. tem posições firmes na Oposição e tem demonstrado muita grandeza política. Inscrevi-me apenas para fazer esse reconhecimento público. Muito obrigado. Seja bem-vindo.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Obrigado Deputado Moisés, eu vou continuar como sempre fui. Eu também Deputado José Luís, concordo que deve haver concurso público, mas não com tantas deixas, para que duvidemos da sua seriedade e façamos aqui pronunciamentos como os de hoje, debatendo dados de valores publicados no Diário Oficial.

Quando eu estudei, aqui no META, as provas valiam 10, Deputado Luiz Calixto, e eu briguei muito com o Itamar Zanini e com o Evaristo de Luca para tirar 11 e nunca consegui.

(Sem revisão do orador)

### 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 19 de junho de 2007

Presidência: Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**

Secretaria: Deputado **WALTER PRADO**

**PRESENTES:** Deputados **CHICO VIGA**, **JUAREZ LEITÃO**, **MAZINHO SERAFIM**, **NALUH GOUVEIA**, **NEY AMORIM**, **TAUMATURGO LIMA**, do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **MOISÉS DINIZ**, do **BPR**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO**, do **PMDB**; **DONALD FERNANDES**, **LUIZ GONZAGA**, do **PSDB**; **DELORGEM CAMPOS**, **WALTER PRADO**, do **PSB**; **ELSON SANTIAGO**, **JOSÉ LUÍS**, do **PMN**; **IDALINA ONOFRE**, **TARCÍSIO MEDEIROS**, do **PPS**; **LUIZ CALIXTO**, do **PDT**; **GILBERTO DINIZ**, do **PT do B**.

**AUSENTES:** Deputados **PERPÉTTUA DE SÁ**, do **PT**; **HELDER PAIVA**, do **BPR**; **MARIA ANTONIA**, do **PP**; **ZÉ CARLOS**, do **PTN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

## EXPEDIENTE

**Ofício Circular n 05/07-RG**, do Deputado Federal Rômulo Gouveia, comunicando que no dia 28 de maio, discursou sobre a importância da XI Conferência da União dos Legislativos Estaduais, requerendo a inclusão da “Carta de Porto Alegre”, documento síntese daquele encontro, nos Anais da Câmara Federal;

**Ofício Circular n. 05/2007 – GP**, do Deputado Belarmino Lins, Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, agradecendo a presença do Presidente deste Poder, na recente reunião do Conselho de Presidentes das Assembléias Legislativas, ocorrido em Belo Horizonte, bem como pelo decisivo apoio que lhe foi distinguido para ocupar a vice-Presidência do referido Conselho;

**OF/CMRB/S.L/N. 192/2007**, do Vereador Pedrinho Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco, encaminhando o Requerimento n. 24/2007, de autoria do Vereador Pascal Khalil;

**Ofício/Circ.n. 728**, do Dr. Osvaldo de Souza Leal Júnior, Secretário de Estado de Saúde, solicitando a indicação de um representante para compor a comissão que dará continuidade ao processo de discussão com o propósito de construir alternativas e/ou propostas de soluções para a situação dos médicos diplomados em universidades estrangeiras;

**Ofício n. 23/2007**, do Deputado Taumaturgo Lima, indicando os membros do Partido dos Trabalhadores – PT, para ocupar a vaga nas Comissões Permanentes, em substituição ao saudoso Deputado Francisco Cartaxo, na forma a seguir: **Comissão de Constituição e Justiça** – Titular: Deputada Naluh Gouveia. Suplente: Deputado Ney Amorim; **Comissão de Orçamento e Finanças** – Suplente: Deputado Ney Amorim; **Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação** – Titular: Deputado Ney Amorim; **Comissão de Legislação Participativa** – Suplente: Deputado Ney Amorim; **Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor** – Suplente: Deputado Ney Amorim; **Comissão de Saúde Pública e Assistência Social** – Titular: Deputada Perpétua de Sá. Suplente: Deputado Ney Amorim;

**Indicação n. 53/2007**, acompanhada de justificativa, da Deputada **Idalina Onofre**, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda – SEFAZ, que viabilize todas as remessas de mercadorias vindas de outras localidades, destinadas aos Municípios do Estado, no caso de detectada alguma irregularidade na documentação exigida pela fiscalização, que as mesmas sejam retidas pela Agência da Fazenda Estadual do Município de destinação das mercadorias, até serem sanadas as incorreções;

**Projeto de Lei n. 22/2007**, acompanhada de Justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que “Dispõe sobre a criação do cadastro de camponês e camponesa no âmbito da Secretaria da Fazenda e Gestão Pública do Estado do Acre e dá outras providências”.

## PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, Senhoras e Senhores Deputados, acredito que seja do conhecimento de muitos o incidente desagradável ocorrido comigo na sexta-feira, dia quinze.

Todos aqui sabem que houve em Brasília o evento “Assembléia Aberta” e eu, naturalmente, estava lá.

Como dia 15 seria feriado, assim como outros Deputados, optei por pernoitar em Brasília. Tanto que à noite, no jantar, me encontrei com alguns funcionários desta Casa que também jantavam naquele município.

No outro dia, por volta das 8h30m, eu me desloquei para Rio Branco num carro que eu não vinha dirigindo. Quem me conhece sabe que eu não sou afeito a volante de veículo, muito embora seja um motorista razoável.

Ao me aproximar do posto policial, no entroncamento, recebemos a ordem policial para parar o carro, o que fizemos prontamente, estacionando a minha L-200 em frente ao Posto Policial.

Desci do carro e recebi, digamos, a intimação amigável, o pedido para abrir a carroceria do meu carro, o que foi também prontamente atendido. Os policiais perguntaram se eu conduzia mercadorias provenientes da Zona Franca de Cobija e eu disse que sim. Ato contínuo, pediram a documentação das mercadorias e os respectivos despachos da Receita Federal.

Afirmo a V. Exa. que não fui eu que fui às compras em Cobija e o Deputado Tarcísio é testemunha disso. Fui a Cobija, mas não comprei absolutamente nada. Ao final da tarde, todas as compras já haviam sido feitas. Sinceramente até aquele momento, eu não sabia se as mercadorias tinham sido despachadas ou não. Após a abordagem policial, meus acompanhantes me entregaram as notas fiscais do DVD, que eles compraram, dos dois carros de controle remoto; um para o meu filho e o outro para o filho do meu motorista; um jogo de xícaras e três almofadas. E para a minha felicidade eles tiveram o cuidado de proceder ao despacho na Receita Federal. E aqui está a declaração de bagagem acompanhada, contendo a discriminação desses produtos que eu citei.

Até aí tudo bem. Ato contínuo, um dos policiais pediu a minha identidade e eu, prontamente Deputada Antônia Sales, fui à porta do carro, num cofrezinho que tenho perto da marcha, peguei minha carteira de identidade e entreguei ao policial que tinha me requisitado. Não sei se ele me reconheceu ou não, mas ele disse que ia proceder uma nova revista no meu carro. Então eu disse-lhe que era funcionário da Secretaria da Fazenda há 25 anos e que desconhecia a competência funcional da Polícia Militar para fazer a fiscalização em mercadorias, posto que esta é uma atribuição da Secretaria da Fazenda e da Receita Federal e o meu funcionário já havia sido fiscalizado pela Receita Federal.

Dito isso um dos policiais fez a seguinte afirmação: esse é o tipo de político que nós temos, que belo representante nós temos. E aí meu querido Presidente, meus estimados colegas Deputados e Deputadas, ao fazer esta afirmação o policial recebeu como resposta um pedido de respeito, pois se ele tinha problemas ou desavenças com algum político, este não era eu.

Eu não fiz essas afirmações com essa tranquilidade que estou fazendo aqui. Para ser verdadeiro, tenho que reconhecer que elas foram feitas com muita ênfase.

Nisso, aproxima-se um sargento, eu soube pela divisa que ele carregava no ombro, com o dedo em riste, dizendo que ia me prender. Que eu estava preso. Mais uma vez, de forma muito dura, com os palavrões que eles alegam que eu teria dito, eu disse-lhe, que não ia acatar a prisão por dois motivos: primeiro, porque não havia motivos para me prender e segundo que a Constituição me garante que, salvo em casos de crime inafiançável, um Deputado não pode ser preso.

Aí fui à força conduzido para a Ranger por quatro policiais. Confesso novamente a V. Exas. e a todos que estão me ouvindo que reagi, mas não tive força suficiente para reagir contra quatro policiais. E aí fomos para a Delegacia de Xapuri. Ao chegarmos lá, me colocaram em uma sala, pedi meu telefone ao meu funcionário e liguei para o Presidente, Edvaldo Magalhães, comuniquei-lhe o fato ocorrido e recebi toda a solidariedade, toda manifestação de apoio.

Para a minha surpresa, os policiais disseram que iam revistar novamente o meu carro, e desta vez sem a minha presença, sob a alegação de que eu estava preso, que não podia me ausentar da sala da delegacia. E da mesma forma que eu reagi no posto policial contra minha prisão, reagi novamente para não permitir que meu veículo fosse revistado sem a minha presença, porque toda ausência é traiçoeira.

O que consta no boletim de ocorrência da Polícia Militar é verdadeiro, porém eu não fiz essa afirmação para atingir toda a Polícia, e eles sabem disso; mas que aquela revista, sem a minha presença, me dava o direito de suspeitar que uma armação pudesse ser feita contra a minha pessoa. Isso consta no Boletim de Ocorrência da Polícia Militar, no depoimento e nas representações que fiz ao Ministério Público e à Corregedoria da PM. E realmente não permiti.

Eu vou arrolar como prova destas afirmações, um agente de Polícia da Delegacia de Xapuri, chamado Eurico, que de forma tranqüila e serena me procurou e pediu para intermediar este conflito, e propôs que na minha presença e requisitando um popular que passava naquele momento, fizesse a revista no meu carro. A revista foi feita pela segunda vez, não foi encontrado absolutamente nada além daquilo que havia sido declarado e dos meus pertences pessoais.

Este foi o ocorrido, Senhor Presidente. Foi feito no Hospital Epaminondas Jácome, a pedido meu, um exame de corpo e delito e eu trouxe a cópia assinada pelo Dr. Luis Vargas, onde ele faz as especificações, as escoreiações de que fui vítima, por conta da condução agressiva da polícia.

Senhor Presidente, eu sei que V. Exa. está me concedendo um tempo além do normal, mas acredito que os demais Deputados não se insurgirão contra isso.

Eu tenho aqui cópias das representações que fiz à Polícia Militar e ao Ministério Público, o qual tem a obrigação constitucional de apurar esses fatos, pois compete a ele o controle externo das polícias.

Eu não estou pedindo e nem vou pedir que ninguém me dê razão, mas acredito que ninguém pode negá-la.

Espero portanto, que se investigue o ocorrido; que estas representações, das quais vou repassar-lhe as cópias, não durmam em nenhuma gaveta, porque algumas questões, Senhor Presidente, eu preciso ver respondidas.

A primeira é: durante toda a operação policial, os quatro policiais não tiveram o zelo de pedir a carteira de motorista do assessor que conduzia o veículo e nem a documentação do meu carro; coisa trivial e banal em qualquer fiscalização, porém, toda ação policial foi concentrada na minha pessoa.

A segunda resposta que eu preciso é: por que todo efetivo policial se concentrou na vistoria do meu carro e naquele momento das agressões, do bate-boca, quem quis transitar naquela estrada, transportando produtos lícitos ou ilícitos, teve a liberdade para isso, porque a Polícia Militar não estava fazendo uma blitz. Estaria se eles dedicassem parte do efetivo para me fiscalizar e outros policiais para guarnecer a estrada, que ficou esse tempo todo sem nenhuma proteção.

Terceiro item curioso: para me conduzir à delegacia de Xapuri foram destacados todos os policiais e de 9h30m. até meio dia, que foi o tempo que nós permanecemos na delegacia, o posto policial foi abandonado. Fui conduzido por quatro policiais, três em uma ranger e um em uma moto e no posto não ficou nenhum policial.

Portanto, terão que me explicar se a revista era só para mim, se eu atraí todas as atenções, porque o posto policial ficou abandonado e eu tenho testemunhas. Está tudo no Boletim de Ocorrência.

Mas o mais grave, Senhor Presidente, e a pergunta mais emblemática que eu gostaria de fazer é que no Boletim de Ocorrência diz o seguinte: “No exercício normal das minha função de policial, dei voz de prisão ao indivíduo Luiz Gonzaga Calixto Neto em razão de ter encontrado o mesmo em flagrante delito de desacato e desobediência, porque o delinqüente não obedeceu e reagiu à prisão. Então eu pergunto: como eu poderia reagir uma prisão que não existia? Eu resisti a uma prisão ilegal. Preciso de explicações, de saber por que eu estava preso. Qual o motivo da minha prisão.

Uns podem achar minha reação prepotente, outros não, mas foi exatamente porque não havia motivo para a minha prisão. E qualquer cidadão ciente dos seus direitos reage a uma prisão arbitrária.

Senhor Presidente, talvez eu tenha cometido um grande erro. Talvez o maior deles, que foi exatamente não ter me apresentado como Deputado. Porque na Delegacia, o comentário corrente era que se eu tivesse me apresentado como Deputado nada disso teria acontecido. E aí eu fiz a

seguinte pergunta ao Comandante da PM de Xapuri, que por sinal me tratou muito bem, “Significa então, Comandante, que se eu tivesse me apresentado como Deputado eu poderia transportar o que eu bem entendesse, inclusive coisas ilícitas e a polícia não iria me importunar?”. Eu cometi um erro gravíssimo, porque eu recebi da Assembléia Legislativa minha identidade Parlamentar, mas como no Acre todo mundo conhece todo mundo, sou nascido e criado nesta cidade e acho que todos têm que ser tratados de forma indistinta, nunca me arvorei desta condição de Parlamentar, e deveria. Eu me orgulho de estar aqui, não por vontade própria, mas por estar aqui pela vontade de 2.489 pessoas. Eu não dou, talvez, o devido valor a este mandato, tanto é que na carteira que recebi desta presidência, da Diretoria da Casa, eu teria que colocar uma foto, mas nem isso eu fiz, para contradizer alguns que dizem que ali, todos são livres para pensar e que eu abusei da autoridade.

De que autoridade eu abusei, se eu sequer me apresentei como político? Souberam que eu era político apenas quando alguém disse: olha o tipo de político que o Acre tem, que belo exemplo esse que o Senhor dá.

Então, Senhor Presidente, eu agradeço encarecidamente a concessão desse tempo superior ao que prevê o Regimento. Gostaria de levar ao conhecimento de V. Exa. as representações que fiz ao Dr. Edmar Monteiro, filho do Procurador Geral de Justiça do Estado do Acre; ao Coronel Romário Célio, Comandante da Polícia Militar do Estado do Acre; que é embasado nos seguintes termos: “Senhor Presidente, aprez-me chegar à presença de V. Exa. para informar que em decorrência de incidentes me envolvendo com policiais militares, ocorrido no dia quinze pretérito, encaminhei representação ao Ministério Público e ao comandante da Polícia Militar do Estado do Acre, para que fossem tomadas as medidas cabíveis. Aproveito para solicitar que em função das gravidades do fato, gostaria de que este Poder envidasse todos os esforços no sentido de que as representações oferecidas merecessem a atenção que o caso requer.

Sem mais, aproveito para externar os meus mais sinceros votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Luiz Calixto”.

E para finalizar, gostaria de deixar aqui registrado, para que não paire nenhuma dúvida, a solidariedade, o apoio e a garantia de que tudo isso será apurado, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Arnóbio Marques, que me ligou, no momento em que eu estava na delegacia. Entendi aquilo como solidariedade. Mas sobretudo, que ele cobrará das autoridades que estão sob sua regência a apuração dos fatos. E volto a afirmar: não quero que ninguém me dê razão, como também não quero que ninguém me tire a razão. Quero apenas uma apuração isenta, honesta e que a verdade dos fatos prevaleçam.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) - Deputado Luiz Calixto, V. Exa. pode contar com todo apoio da Mesa Diretora, para que a apuração do seu caso seja feita de forma célere.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, consultando os arquivos das nossas faculdades vi que um dos temas que mais levanta polêmica, que inclusive provoca a feitura de monografias e teses, é o intitulado desacato à autoridade.

Há três tipos de autoridade, porque de acordo com o dicionário Aurélio, um é o poder dado por Deus, outro é o poder dado pelo povo e último é o poder dado pelas armas. São esses os poderes que a humanidade conhece. O nosso aqui é dado pelo povo, por isso que Deputados e Senadores são chamados de Excelência. Mas não é um título para agradar, não é um título perfumado para o cidadão se achar acima dos outros. Excelência significa o conjunto de toda uma sociedade que se junta. Várias mentes, vários corações se juntam e produzem um só coração. E nós representamos o excelente, que é o povo. Representamos a população e é por isso que, nas Universidades, debate-se tanto essa questão de desacato à autoridade, que é desacato à lei que está sendo executada num determinado instante.

Um fato precisa ficar claro entre nós: infelizmente, os meios de comunicação poderosos, no Brasil, estão conseguindo convencer a população a colocar a classe política no menor degrau.

No entanto, apenas os parlamentares podem questionar a ação de um Juiz; uma sentença do Desembargador, uma ação policial, um processo no Ministério Público, uma ação dos grandes empresários seja na compra com cartões, seja no setor de transporte, alimentação ou construção.

Somente nós sabemos disso e conseqüentemente estamos expostos, a qualquer momento, ser agredido, mal interpretados. Por isso, há seis meses o Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto, em plena crise do “mensalão”, recebeu uma punhalada nas costas.

Não queremos status ou sermos tratados diferente.

No Brasil, a cada quatro anos o valor de um PIB é sonegado pelos barões da economia. Se isso não acontecesse, nós não debateríamos aqui Deputado Tarcísio, a miséria, o analfabetismo, os problemas de saúde que assolam o país. Mas ninguém toca nos sonegadores. Os juízes estão lá, no silêncio do ar condicionado, com as suas canetas poderosas, dando suas sentenças. O povo e os sindicatos; a CUT, movimento social corajoso, não

vão para as escadarias do Congresso protestar contra uma ação, de um Magistrado, muitas vezes, imoral, mas vêm para o plenário da Assembléia. Então, este é o poder mais democrático.

Diante dos fatos ocorridos com o Deputado Luiz Calixto, quero apenas reconhecer o ato de humildade e de grandeza política, já reconhecido pelo Deputado Calixto, do Governador Binho Marques, pois quando ele ainda estava em Xapuri, o Governador ligou para ele e disse-lhe que todas as medidas serão tomadas e serão acompanhadas pessoalmente por ele. Essa foi a informação que eu recebi do Deputado e do Presidente da Assembléia.

Como cidadão e Deputado eleito pela nossa querida Tarauacá, V. Exa. tem toda minha solidariedade para apuração mais rigorosa do que ocorreu no entroncamento de Xapuri.

Quero propor ao Presidente da Casa que após o Pequeno Expediente nos reunamos aqui para discutir a ação da Assembléia Legislativa, não só a partir da Mesa Diretora, mas também dos outros Deputados, e darmos encaminhamento. Minha proposta é suspender a Sessão logo após as falas do pequeno Expediente e tratarmos especificamente do abuso cometido contra o Deputado Luiz Calixto.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, demais Deputados e Deputadas, estou apresentando um Requerimento à Mesa Diretora, solicitando que no dia vinte e seis de junho a Sessão seja Solene em comemoração ao décimo nono aniversário do Partido da Social Democracia.

Senhor Presidente, estou estarecido com o que ocorreu com o Deputado Calixto. Eu imagino um cidadão comum, como não é atendido nesses locais. Se um Deputado é dessa maneira, imagine o cidadão comum. É terrível!

Gostaria de registrar também que fiz um Requerimento à Secretaria de Saúde no dia quatorze de março, três meses atrás, e ainda não recebi a resposta. Eu represento aqui 2.500 pessoas, assim como todos nós representamos o povo. Quando nós fazemos um Requerimento ao Governo e é aprovado, o mesmo sai daqui sob a tutela de um Poder. Só que o Secretário de Saúde sequer respondeu esse documento. São quase três meses; o outro tem quase dois meses.

Estou fazendo esse registro para que a Casa tome alguma medida. Muito Obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – A Mesa Diretora desta Casa suspende a presente Sessão e convoca todos os Deputados para uma reunião interna, para encaminharmos a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Moisés Diniz.

Está suspensa a Sessão. (PAUSA)

Reaberta a presente Sessão, consideramos prejudicado o Grande Expediente bem como a Ordem do Dia.

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

## DIVERSOS

### EDITAL DE LICITAÇÃO

#### MODALIDADE - LEILÃO N° 002/2007

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE.** comunica aos interessados que fará realizar no dia 29/06/2007, às 9h, no subsolo do prédio deste Poder, sito à Rua Arlindo Porto Leal, 241-Centro, Sala da Coordenadoria de Patrimônio. **ALIENAÇÃO** - através da modalidade - **LEILÃO**, de 16 (dezesesseis) condicionador de ar - tipo Split Carrier com 12.000 Btu's - 220w e 01(um) bebedouro Elegê - 110w, conforme autoriza o Decreto Legislativo n°. 02/2007. Todos os bens a serem leiloados estão distribuídos em 02(dois) lotes, conforme Documentação de Vistoria e Avaliação (DVA), que integra o Edital.

O Edital completo e informações adicionais, os interessados poderão adquirir no endereço supra.

Rio Branco - Acre, 19 de junho de 2007

#### A Comissão

ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
(RESOLUÇÃO N° 106-2006)

CONVITE N° 010/2007

AVISO DE CANCELAMENTO

Por interesse da Administração, e de acordo com a Lei 8.666/93, fica CANCELADA a Licitação relativa ao Convite n° 010/2007, objeto do processo n° 0358/2007, para

contratação de Serviços e aquisição de Aparelhos para o Sistema de Refrigeração do 2º Pavimento da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Rio Branco, 08 de junho de 2007.

*Raimunda Mendes Fontenele*  
RAIMUNDA MENDES FONTENELE  
PRESIDENTE CPL/ALEAC

#### ESTADO DO ACRE

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

#### SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 36ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 12 de junho de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às dez horas e treze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Chico Viga**, **Mazinho Serafim**, **Ney Amorim**, **Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes e Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, **Zé Carlos**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia** e **José Luís**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de: **OF.GAPRE.N. 387**, da Desembargadora Izaura Maia, Presidente do Poder Judiciário do Estado do Acre, em resposta ao Ofício n. 16/GABP, concernente ao Requerimento n. 20/2007, de autoria do Deputado Moisés Diniz; **Ofício n. 342/GAB**, do Senhor Eduardo Vieira, Secretário de Obras Públicas e Habitação, em resposta ao Ofício n. 191, concernente ao Requerimento n. 440/2007, de autoria do Deputado Delorgem Campos; **Moção de Aplauso n. 6/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Tarcísio Medeiros**, o qual manifesta "Aplauso a Congregação dos Irmãos Maristas de Cruzeiro do Sul"; **Projeto de Lei n. 21/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, que "Dispõe sobre a cobrança de taxas e/ou aluguel de estacionamento nas faculdades particulares ou públicas de Ensino Superior no âmbito do Estado do Acre"; **Indicação n. 45/ 2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Mazinho Serafim**, convidando o Senhor José Bestene, Diretor Geral do Departamento Estadual de Água e Saneamento – DEAS, para na Câmara Municipal de Sena Madureira, em data acertada com o seu gabinete e amplamente divulgada nos meios de comunicação, discularem as ações e projetos de Governo Estadual na área de saneamento; **Indicação n. 46/ 2007**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Mazinho Serafim**, solicitando o apoio da Assembléia Legislativa, no sentido de tomarem providências dos inúmeros problema, e irregularidades existentes na Funasa em Sena Madureira; **Indicação n. 47/ 2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens – DERACRE, proceda à recuperação dos trechos esburacados e depressões da BR-317 no sentido Xapuri – Brasília, como forma de prevenção de acidentes automobilísticos; **Indicação n. 48/ 2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, proceda a sinalização nas proximidades do Hospital Geral de Brasília – Dr. Roberto Chaar, onde está ocorrendo o desbarrancamento da encosta do rio, como forma de controle e prevenção de acidentes automobilísticos; **Indicação n. 49/ 2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, proceda a sinalização na Rodovia AC-40, no sentido Senador Guiomard – Plácido de Castro, como forma de controle e prevenção de acidentes automobilísticos; **Indicação n. 50/ 2007**, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, proceda a sinalização na Rodovia AC-40, no sentido Rio Branco - Senador Guiomard, como forma de controle e prevenção de acidentes automobilísticos; **Indicação n. 51/2007**, acompanhada de justificativa, do Deputado **Donald Fernandes**, encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Governador, o Anteprojeto de Lei que

"Estabelece a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais aos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem no Estado do Acre". Aberto o **Pequeno Expediente**, usou da palavra o Deputado: **Moisés Diniz**, Líder do Governo. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, cumprimentou o Deputado Moisés Diniz e desejou-lhe sucesso na sua nova tarefa. Dando continuidade, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Walter Prado**, do PSB; **Idalina Onofre**, Líder do PPS e **Taumaturgo Lima**, Líder do PT. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Moisés Diniz**, Líder do Governo; **Antonia Sales**, do PMDB, que foi apartada pela Deputada Idalina Onofre; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Walter Prado**, do PSB, que foi apartado pela Deputada Perpétua de Sá; **Tarcísio Medeiros**, do PPS, que foi apartado pelo Deputado Luiz Calixto; **Luiz Calixto**, Líder do PDT. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao Deputado Luiz Calixto, que todas as matérias que estiverem tecnicamente prontas para votação serão submetidas ao plenário de acordo com os Pareceres Técnicos e também conforme a conveniência política da Presidência. Comunicou também, que ainda este ano, o Deputado Luiz Calixto terá o prazer de se pronunciar e votar as contas do ex-Governador Orleir Camell, disse ainda, que como o voto será nominal, cada Deputado terá condições de defender o seu ponto de vista. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 57/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Idalina Onofre**, com o apoio de quatro Deputados, solicitando a Mesa Diretora, o deslocamento da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social até o Vale do Juruá juntamente com o Secretário de Saúde. Em discussão, não houve oradores. Em votação, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou que um Requerimento anterior, da Deputada Antonia Sales, também solicitava que fosse formada uma Comissão para ir a Cruzeiro do Sul e neste sentido, deferiria o Requerimento da Deputada Idalina Onofre em conjunto com o da Deputada Antonia Sales. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 58/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, sugerindo a formação de uma Força Tarefa, com participação das Polícias Civil, Militar, Rodoviária Federal e Polícia Federal, para o combate, em todo o Estado do Acre, da prostituição infantil. Em discussão, não houve oradores. Em votação, os Senhores Parlamentares que concordarem com a matéria permaneçam sentados; os que discordarem, fiquem de pé. O referido Requerimento foi aprovado por 18 (dezoito) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa Diretora tomaria as devidas providências. Encerrada a Ordem do Dia. Aberta a **Explicação Pessoal**, usou da palavra a Deputada **Antonia Sales**, do PMDB, que foi apartada pelo Deputado Donald Fernandes. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, convidou os Deputados e Deputadas, para uma reunião interna, para discutir ida dos Parlamentares a Brasília na Sessão de quinta-feira, e o debate, na segunda-feira sobre a Reforma Política. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às onze horas e trinta e nove minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu..... *Edvaldo Magalhães*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....  
Presidente

.....  
1º Secretário

.....  
2º Secretário

ESTADO DO ACRE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 37ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 13 de junho de 2007.

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Chico Viga**

Às dez horas e três minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício; secretariada pelo Deputado **Chico Viga**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Naluh Gouveia**, **Ney Amorim**, e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento

Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago** e **José Luís**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre** e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, **Zé Carlos**, do Partido Trabalhista do Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Mazinho Serafim**, **Perpétua de Sá** e **Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiamento da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Ofício n 71/2007 – SL**, do Senhor Félix de Sousa Araújo Sobrinho, Secretário Legislativo, da Assembléia Legislativa da Paraíba, acusando o recebimento das publicações enviadas por esta Casa; **GADES/OF. N. 53**, do Desembargador Feliciano Vasconcelos de Oliveira, Membro da Câmara Criminal, acusando e agradecendo o recebimento do Ofício Circular n. 13; **OF/PJ/N. 004/2007**, do Procurador de Justiça, Flávio Augusto Siqueira de Oliveira, do Ministério Público do Estado do Acre, acusando o recebimento do Ofício Circular n. 13; **Ofício Circular n. 00376/2007/ SeMOB/GABIN/MCIDADES**, dos Senhores José Carlos Xavier, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana e Marcio Fortes de Almeida, Ministro de Estado das Cidades, encaminhando a coleção de cadernos do Programa Brasil Acessível; **Ofício n. 682/CGFCC/SPOA/MDA**, do Senhor Jadir Gomes Rabêlo, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade – Substituto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Convênio n. 144/2005; **Indicação n. 52/2007**, acompanhada de justificativa, do Deputado **Donald Fernandes**, encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, o Anteprojeto de Lei que "Dispõe sobre a destinação de 5% (cinco por cento), do produto de arrecadação do imposto que incide sobre bebidas alcoólicas às Clínicas de Recuperação de Dependentes Químicos e às Comunidades Terapêuticas". O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou o aniversário da Deputada Antonia Sales e desejou muitos anos de vida a nobre Deputada, juntamente com sua família. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Walter Prado**, do PSB; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Moisés Diniz**, Líder do Governo; **Gilberto Diniz**, Líder do PT do B; **Chagas Romão**, Líder do PMDB e **Idalina Onofre**, Líder do PPS. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados: **Taumaturgo Lima**, Líder do PT, que foi apartado pelo Deputado Donald Fernandes; **Moisés Diniz**, Líder do Governo, que foi apartado pelos Deputados Luiz Calixto e Taumaturgo Lima. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, passou a Presidência dos trabalhos à Deputada Antonia Sales. Dando continuidade usou da palavra o Deputado **Chagas Romão**, Líder do PMDB, que foi apartado pelo Deputado Luiz Calixto. A Senhora Presidenta, **Antonia Sales**, passou a Presidência dos trabalhos ao Deputado **Helder Paiva**. Na sequência usaram da palavra os Deputados **Donald Fernandes**, Líder do PSDB, que foi apartado pelos Deputados Moisés Diniz e Taumaturgo Lima; **Walter Prado**, do PSB; **José Luís**, Líder do PMN e **Gilberto Diniz**, Líder do PT do B. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, falou que entendia a preocupação do Líder do Governo, mas como não tinha falado no Grande Expediente por estar concedendo uma entrevista, pediu ao Senhor Presidente que desse prosseguimento a Sessão. Dando continuidade usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT, que foi apartada pelos Deputados Luiz Calixto e Moisés Diniz; **Antonia Sales**, do PMDB, que foi apartada pelo Deputado Taumaturgo Lima; **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Moisés Diniz**, Líder do Governo, que foi apartado pelo Deputado Walter Prado; **Chagas Romão**, Líder do PMDB, que foi apartado pelo Deputado Luiz Calixto; **Taumaturgo Lima**, Líder do PT, que foi apartado pelos Deputados Chagas Romão, Idalina Onofre e Walter Prado e **Tarcísio Medeiros**, que foi apartado pelos Deputados Antonia Sales, Luiz Calixto, Idalina Onofre, José Luís e Moisés Diniz. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Ordinária às doze horas e cinquenta e quatro minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu..... *Edvaldo Magalhães*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....  
Presidente

.....  
1º Secretário

.....  
2º Secretário



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:** Moisés Diniz BPR  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Taumaturgo Lima	PT
Delorgem Campos	PSB
Luiz Calixto	PDT

**Suplentes:**  
**Deputados:**

Francisco Viga	PT
Naluh Gouveia	PT
Helder Paiva	BPR
Walter Prado	PSB
Chagas Romão	PMDB

**Reuniões:** Terça-feira 9h

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Presidente:** Deputado Delorgem Campos PSB  
**Vice-Presidente:** Deputado Francisco Viga PT  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Taumaturgo Lima	PT
Helder Paiva	BPR
Chagas Romão	PMDB

**Suplentes:**  
**Deputados:**

Perpetua de Sá	PT
Moisés Diniz	BPR
Walter Prado	PSB
Luiz Calixto	PDT

**Reuniões:** Terça-feira 9h

### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

**Presidente:** Deputado Nogueira Lima PFL  
**Vice-Presidente:** Deputado Taumaturgo Lima PT  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Perpétua de Sá	PT
Moisés Diniz	BPR
Walter Prado	PSB
Luiz Calixto	PDT

**Suplentes:**  
**Deputados:**

Francisco Viga	PT
Naluh Gouveia	PT
Helder Paiva	BPR
Antônia Sales	PMDB
Luiz Gonzaga	PSDB

**Reuniões:** Quarta-feira 9h

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

**Presidente:** Deputado Gilberto Diniz PT do B  
**Vice-Presidente:** Deputado José Carlos PTN  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Mazinho Serafim	PT
José Luís	PMN

**Suplentes:**  
**Deputados:**

Taumaturgo Lima	PT
Francisco Viga	PT
Nogueira Lima	PFL

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO,

### QUÁRIA, AMBIENTE

B

PT  
BPR  
PMDB  
PTN  
PSDB

**Suplentes:** Donald Fernandes PSDB  
**Deputados:**

Perpétua de Sá	PT
Helder Paiva	BPR
Nogueira Lima	PFL
Gilberto Diniz	PT do B
Luiz Gonzaga	PSDB

**Reuniões:** Terça-feira 9h

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**Presidente:** Deputada Naluh Gouveia PT  
**Vice-Presidente:** Deputada Antônia Sales PMDB  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Moisés Diniz	BPR
Maria Antônia	PP
Luiz Gonzaga	PSDB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Perpétua de Sá	PT
Helder Paiva	BPR
Walter Prado	PSB
Luiz Calixto	PDT
Donald Fernandes	PSDB

**Reuniões:** Quarta-feira 9h

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Presidente:** Deputado Helder Paiva BPR  
**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua de Sá PT  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Idalina Onofre	PPS
José Carlos	PTN
Nogueira Lima	PFL

**Suplentes:**

**Deputados:**

Chagas Romão	PMDB
Moisés Diniz	BPR
José Luís	PMN
Luiz Calixto	PDT

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

**Presidente:** Deputado Walter Prado PSB  
**Vice-Presidente:** Deputado Gilberto Diniz PT do B  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Francisco Viga	PT
Nogueira Lima	PFL
Maria Antônia	PP

**Suplentes:**

**Deputados:**

Mazinho Serafim	PT
Delorgem Campos	PSB
Moisés Diniz	BPR
Taumaturgo Lima	PT

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Presidente:** Deputado José Luís PMN  
**Vice-Presidente:** Deputado Chagas Romão PMDB  
**Titulares:**  
**Deputados:**

Helder Paiva	BPR
Delorgem Campos	PSB

**Suplentes:**

**Deputados:**

Naluh Gouveia	PT
Moisés Diniz	BPR
Walter Prado	PSB
Idalina Onofre	PPS
Gilberto Diniz	PT do B

### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

**Editado pela:**

Subsecretaria de Publicidade e  
Comunicação Social

**Diretor Responsável:**

João Roberto Braña Bezerra  
Inscrição 13198

**Coordenadora de Redação e Revisão  
de Atas:**

Juscelina Barbosa Pinheiro

**Apoio:**

Coordenadoria de Comunicação Social  
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.